RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO - 2015

Diretoria de Saúde - IPERGS

Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul
DIRETORIA DE SAÚDE

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 4
2 GERÊNCIA DE ATENDIMENTO AO USUÁRIO 8
2.1.2 ATENDIMENTOS REALIZADOS 9
2.1.2 DEMANDAS RECEBIDAS 9
2.2 PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA 11
2.2.1 DEMANDAS RECEBIDAS POR PROCESSO 11
2.2.2 SOLICITAÇÕES DEFERIDAS POR PROCESSO 13
2.2.3 MEDICAMENTOS AUTORIZADOS 15
2.2.4 MATERIAIS AUTORIZADOS 17
2.2.5 AUTORIZAÇÕES VIA EMAIL 19
2.3 ANÁLISE GERAL DAS SOLICITAÇÕES 20
2.4 HABILITAÇÃO DE DEPENDENTES 21
2.4.1 Habilitação de Filho Inválido 21
2.5 PAC / PAMES 22
2.6 DESLIGAMENTO IPE SAÚDE 23
2.6.1 DESLIGAMENTOS POR ÓRGÃO 23
2.6.2 DESLIGAMENTOS POR FAIXA SALARIAL 24
2.7 CONVÊNIOS 25
2.8 REEMBOLSO 26
2.8.1 Reembolsos Deferidos por Processo Administrativo: 27
2.8.2 Reembolsos Deferidos por Processo Eletrônico de Anestesias: 27
3.GERÊNCIA DE CONTROLE 28
3.1 TOTAL DE NOTAS INTERNALIZADAS 29
3.2 TOTAL DE NOTAS REVISADAS POR AUDITORES 30
3.3 TOTAL DE NOTAS SELECIONADAS PARA REVISÃO TÉCNICA 31
4. GERÊNCIA DE RELACIONAMENTO COM PRESTADORES 32
4.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS 32
4.2 GERÊNCIA DE RELACIONAMENTO COM PRESTADORES 33
4.2.1 SERVIÇO DE REGULAÇÃO 34
4.2.1.1 Internações 34

4.2.1.2 Tratamentos de Quimioterapia 35
4.2.1.3 Medicações Reumatológicas 36
4.2.1.4 Solicitações Hospitalares e Ambulatoriais 38
4.2.1.5 Análise de Solicitações 39
4.2.2 SERVIÇO DE GERENCIONAMENTO DE PRESTADORES 40
4.2.2.1 Credenciamentos 40
4.2.2.2 Descredenciamentos 42
4.2.2.3 Análise Semestral 44
4.2.2.4 Licenças 45
4.2.2.5 Processos de Extensões de Procedimentos/Exames 46
4.2.2.6 Consultas Médicas Realizadas 48
5 OUTRAS CONSIDERAÇÕES 51
5.1 SISTEMA DE RECURSOS DE NOTAS 51
5.2 DESCONGELAMENTO DE MEDICAMENTOS 52
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS 53

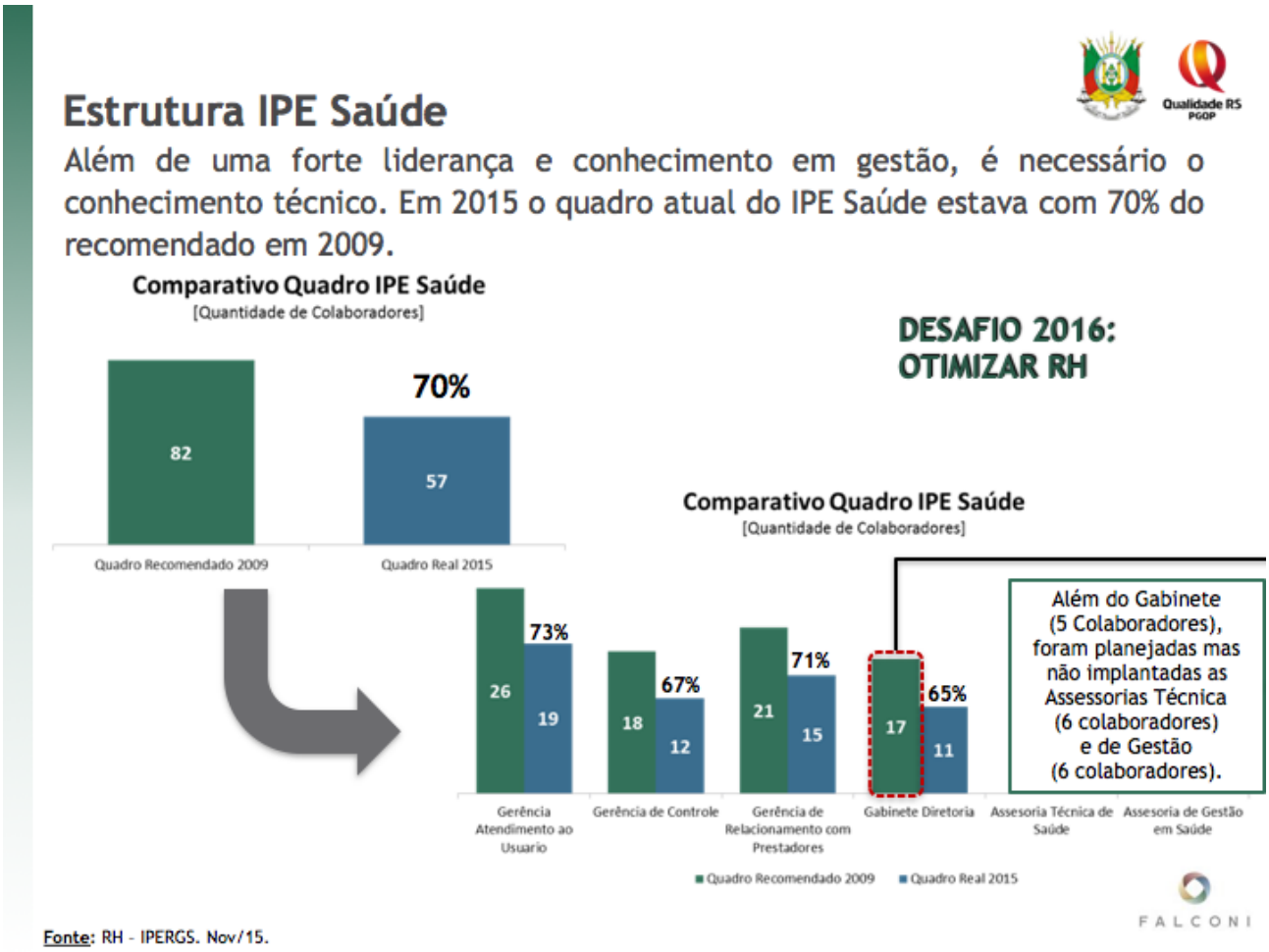
1 INTRODUÇÃO

Este relatório contempla os atos de gestão praticados pela Diretoria de Saúde do IPERGS durante o exercício de 2015, detalhando as atividades desenvolvidas e os resultados atingidos. Sua estrutra segue o modelo habitualmente adotado, consolidando as apresentações das três gerências que compõem esta Diretoria, a saber: Gerência de Atendimento ao Usuário, Gerência de Controle e Gerência de Relacionamento com Prestadores.

O ano de 2015 foi marcado por mudanças no cenário político de nosso Estado. A crise econômica foi enfrentada pelo novo Governo por meio do congelamento e parcelamento de salários do Poder Executivo, acompanhada da vedação ao ingresso de novos servidores aprovados em concursos com vagas em aberto, mesmo que em substituição àqueles aposentados ou exonerados. Esta situação atingiu diretamente a principal origem de recursos desta Autarquia, dependente diretamente das contribuições descontadas dos salários dos Servidores Públicos Estaduais, prejudicando o esperado crescimento vegetativo de sua arrecadação. Os custos da saúde, por outro lado, apresentaram ritmo de crescimento constante, superando a inflação geral em praticamente todo o mundo. Estudo internacional realizado pela empresa de consultoria especializada em gestão de saúde Mercer Marsh Benefícios e comentado no Jornal do Comércio em dezembro de 2015, apontou o Brasil como o país com a quarta maior inflação médica do mundo, superando os 17%, enquanto a inflação oficial (IPCA) do mesmo ano fechou em 10,67%. Este cenário, decorrente do envelhecimento da população (portanto cada vez mais sujeita ao aparecimento de doenças) e da crescente sofisticação tecnológica dos diagnósticos e tratamentos médicos, agrava-se ano a ano pelo fenômeno da judicialização da saúde, em que cada vez mais a qualidade e os custos da cobertura assistencial são definidos pelo Poder Judiciário e não pela equipe de gestão do IPE-Saúde. Persistindo o quadro atual, os custos dos planos de saúde triplicarão em 15 anos, segundo artigo publicado na Revista Exame de julho de 2015.

Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul
DIRETORIA DE SAÚDE

Ao assumir a Diretoria de Saúde próximo ao encerramento do exercício aqui relatado, em outubro de 2015, este Diretor solicitou à consultoria Falconi, através de Convênio de Cooperação com a Secretaria da Fazenda, uma reavaliação dos recursos humanos existentes, comparando-os com o proposto pela mesma consultoria (à época denominada INDG) quando da reestruturação do IPERGS, no biênio 2009-2010. O resultado se encontra sintetizado na figura abaixo:



Em resumo, a Diretoria de Saúde conta com 70% do efetivo de colaboradores previsto. Lembrando que esta previsão foi proposta em 2009, quando o número de ações ajuizadas contra o IPE Saúde era desprezível em relação ao atual, as quais consomem boa parte da carga horária dos atuais servidores. Exemplificando, segundo apurado pela Consultoria Falconi, aproximadamente 47% da carga horária semanal dos médicos lotados na Sede do IPERGS é dedicada à avaliação e

auditoria de contas associadas a processos judiciais, em que a possibilidade de retorno financeiro é mínima apesar do alto volume de trabalho. Ainda conforme planejado à época (2009), o número de vagas de Perito e Auditor Médico era de 24 profissionais com jornada semanal de 40 horas. Entretanto, com o intuito de tornar a baixa remuneração do cargo um pouco mais atrativa em relação ao mercado, estes cargos foram criados com jornada semanal de 20 horas, sem a devida duplicação do número total de vagas. O resultado desta situação é a perda de inúmeras oportunidades de melhorias das atuais regras de negócio e dos algoritmos de auditoria eletrônica, com significativa perda financeira provável (porém impossível de definir com exatidão justamente pela carência de mão de obra especializada).

Após comunicar e debater junto à Diretoria Executiva as carências acima referidas, como solução emergencial, foi encaminhado ao Governo, no final de 2015, a solicitação de nomeação dos 17 cargos (dois de médico) não providos do último concurso do IPERGS, ainda válido, para lotação dos mesmos exclusivamente na Diretoria de Saúde. Tais nomeações não ocorreram até o momento da elaboração do presente relatório, em 28 de abril de 2016. Ao contrário, após mais uma aposentadoria agravar a carência de servidores, neste período o IPERGS está atuando em mais uma atividade alheia ao seu propósito e para a qual não possui a devida formação e experiência: a formulação de dezenas de contratos emergenciais por dispensa de licitação para serviços de *home-care* que, embora não constantes no rol de coberturas do IPE Saúde e sem a devida previsão orçamentária, são determinados por via judicial.

Neste contexto, não há como realizar o efetivo controle da sinistralidade dos planos ofertados pelo IPE Saúde sem incorrer na desassistência dos seus beneficiários, prejudicando os próprios servidores que dele dependem e gerando inclusive risco de futura responsabilização da Autarquia na esfera judicial, elevando ainda mais os custos. Para adequar a saúde financeira do IPE Saúde às necessidades do mercado, em que as diárias hospitalares e os honorários médicos não

sofrem reajuste há mais de cinco anos, é imperativo que ocorram mudanças na própria legislação estadual que define a sua existência, além de uma reestruturação do quadro de servidores. Estas demandas, debatidas internamente nos últimos anos, devem ser apreciadas pela Assembléia Legislativa do Estado em breve. Alternativamente, através do assessoramento do Grupo Paritário do IPE Saúde, composto por representantes dos prestadores de serviço e dos médicos, a Diretoria de Saúde busca construir um novo modelo de relacionamento e remuneração, diminuindo perdas e racionalizando os recursos existentes.

2 GERÊNCIA DE ATENDIMENTO AO USUÁRIO

A Gerência de Atendimento ao Usuário se divide em cinco setores: Atendimento Núcleo de Saúde, Reembolso, Habilitação de Dependentes, Planos de Saúde e Convênios.

O Setor de Núcleo de Saúde atende a recepção da Diretoria de Saúde, recebe processos para autorização prévia de materiais para cirurgia, medicamentos e tratamentos que não constam na tabela IPE-Saúde.

O Setor de Habilitação de dependentes analisa os documentos para comprovação do grau de relação entre o segurado e seus dependentes e atende aos pedidos de desligamento do IPE-Saúde.

O Setor de Reembolso atende aos processos para reembolso de valores pagos em anestesias, exames, consultas e outras despesas.

O Serviço de Planos de Saúde faz a inclusão e o cancelamento de dependentes nos planos PAC (Plano de Assistência Médica Complementar) e PAMES (Plano de Assistência Médica Suplementar).

O Setor de Convênios controla os contratos firmados com entidades que mantêm convênio com o IPE, além de acompanhar a situação dos beneficiários no plano.

Este relatório apresenta a quantidade de solicitações atendidas no ano de 2015.

2.1 ATENDIMENTOS RECEPÇÃO

Na recepção são realizados atendimentos aos usuários do IPE-Saúde, que solicitam informações sobre cobertura de procedimentos, pedido de autorização de cirurgia, pacientes em tratamento de quimioterapia para pesar e medir, demandas para PAC/PAMES, entre outros.

2.1.2 ATENDIMENTOS REALIZADOS

O número de usuários atendidos na recepção no ano de 2015 está exposto no quadro abaixo:

JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
1601	1188	1768	1639	1456	1545	1549	1419	1350	1419	1544	1318	**14556**

2.1.2 DEMANDAS RECEBIDAS

São recebidas através da recepção as demandas de ortopedia sem processo, ou seja, autorização para procedimentos e materiais de Ortopedia e Traumatologia que constam na tabela do IPE, mas que exigem perícia documental.

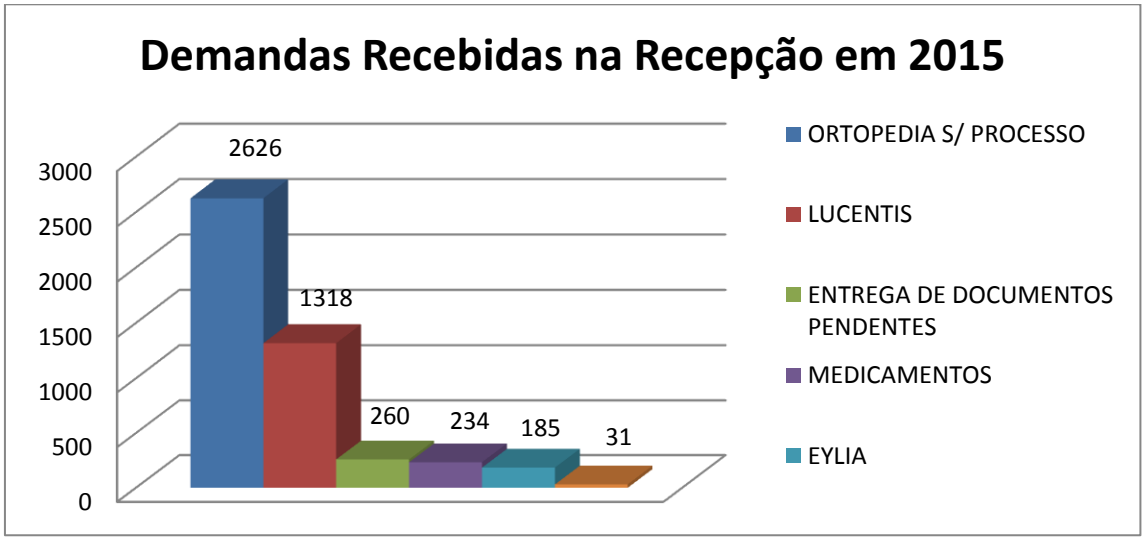
As novas solicitações para tratamento contínuo (medicamentos especiais e tratamentos) para pacientes que já tem processo autorizado anteriormente, estão sendo anexadas ao mesmo tempo, sem abertura de novo protocolo. Essa medida facilita a análise da câmara médica que permite acompanhar o número de autorizações e o tempo de intervalo entre elas, evitando assim, o acúmulo de pastas que se referem ao mesmo beneficiário que solicita o mesmo tipo de tratamento.

Ressalta-se que 6% dos atendimentos realizados são para recebimento de documentos pendentes dos processos administrativos.

Após adotar uma planilha para controle de entregas e retiradas na recepção, pode-se mensurar o número de solicitações recebidas no ano para tratamento contínuo que são anexados ao mesmo processo administrativo autorizado:

Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul
DIRETORIA DE SAÚDE

Demandas recebidas na recepção	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
ORTOPEDIA S/ PROCESSO	212	149	283	234	250	241	195	241	232	199	224	166	**2626**
LUCENTIS	71	52	98	89	122	147	101	115	112	122	166	123	**1318**
EYLIA	12	11	19	15	15	10	18	24	14	19	18	10	**185**
MEDICAMENTOS	15	14	20	22	17	36	22	16	20	19	12	21	**234**
DOCUMENTOS PENDENTES	23	17	34	15	24	21	18	27	18	23	19	21	**260**
OXIGENOTERAPIA HIPERBÁRICA	1	3	2	2	4	3	2	3	2	3	4	2	**31**
TOTAL	**334**	**246**	**456**	**377**	**432**	**458**	**356**	**426**	**398**	**385**	**443**	**343**	**4654**



2.2 PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA

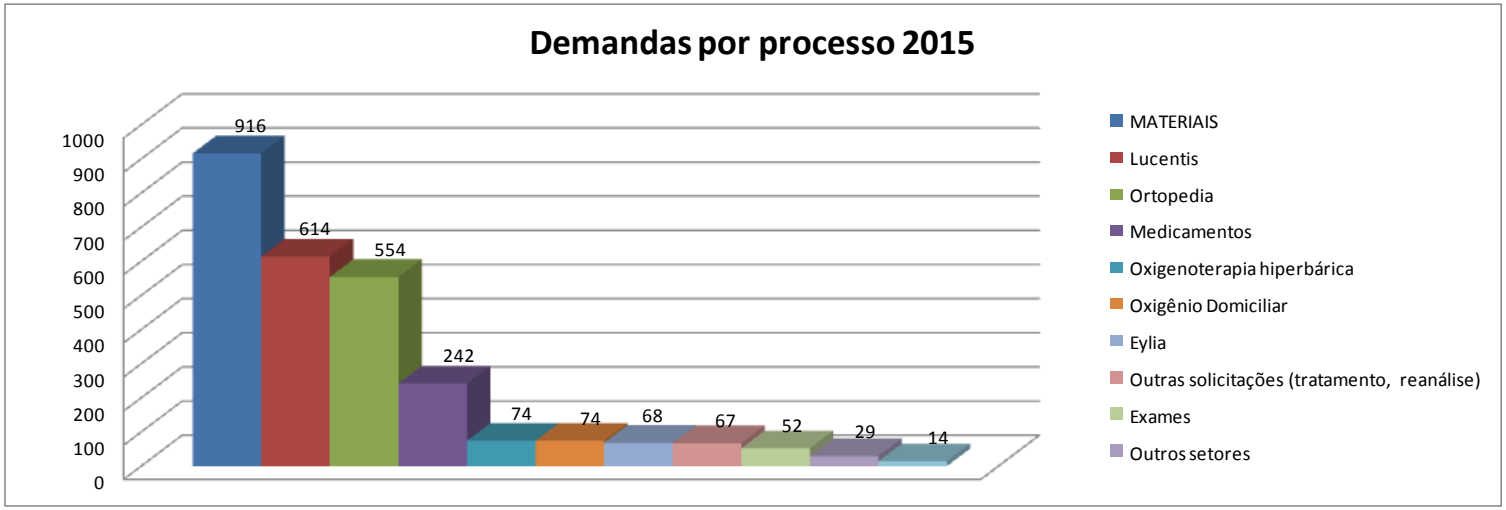
São recebidos diariamente processos solicitando autorização para materiais, exames e tratamentos que não constam na tabela IPE. A Portaria n.º 05/2013 regula a forma de solicitação, informa os documentos necessários e o prazo para apreciação dos pedidos feitos através de processo administrativo. Em 30 de dezembro de 2015 foi publicada a Ordem de Serviço 11/2015 que inclui na tabela IPE os antiangiogênicos Lucentis e Eylia para solicitação via sistema. Este tipo de processo representa 32% das demandas recebidas na recepção e 25% dos processos recebidos.

2.2.1 DEMANDAS RECEBIDAS POR PROCESSO

Os processos administrativos que chegam ao setor passam por uma triagem, sendo classificados por tipo de solicitação e após são distribuídos aos auditores conforme o assunto. O número de processos recebidos para autorização prévia em 2015 está descrito no quadro e gráfico abaixo. Cabe ressaltar que em média 30% dos processos que são analisados pelos peritos não podem ser atendidos por falta de documentação. A comunicação é feita ao segurado ou ao prestador sobre a pendência e os processos permanecem no aguardo dos documentos por 45 dias até serem arquivados, conforme tabela a seguir:

Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul
DIRETORIA DE SAÚDE

Demandas por processo	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
MATERIAIS	78	54	88	59	89	70	75	74	85	91	81	72	**916**
Lucentis	39	42	68	31	54	54	45	45	47	65	64	60	**614**
Ortopedia	30	36	49	49	54	55	64	58	56	38	31	34	**554**
Medicamentos	16	9	24	19	23	20	32	20	15	21	19	24	**242**
Oxigenoterapia hiperbárica	3	5	5	7	6	7	11	4	6	4	9	7	**74**
Oxigênio Domiciliar	1	2	5	4	3	3	5	15	20	4	5	7	**74**
Eylia	3	5	9	5	7	10	5	4	4	5	7	4	**68**
Outras solicitações (tratamento, perícia)	9	7	7	6	4	8	3	2	10	5	1	5	**67**
Exames	9	3	9	7	3	6	5	2	2	4	1	1	**52**
Outros setores	3	0	3	3	1	6	6	3	4	0	0	0	**29**
Cópia de processo	3	0	0	2	0	0	2	3	2	2	0	0	**14**
TOTAL	**194**	**163**	**267**	**192**	**244**	**239**	**253**	**230**	**251**	**239**	**218**	**214**	**2704**



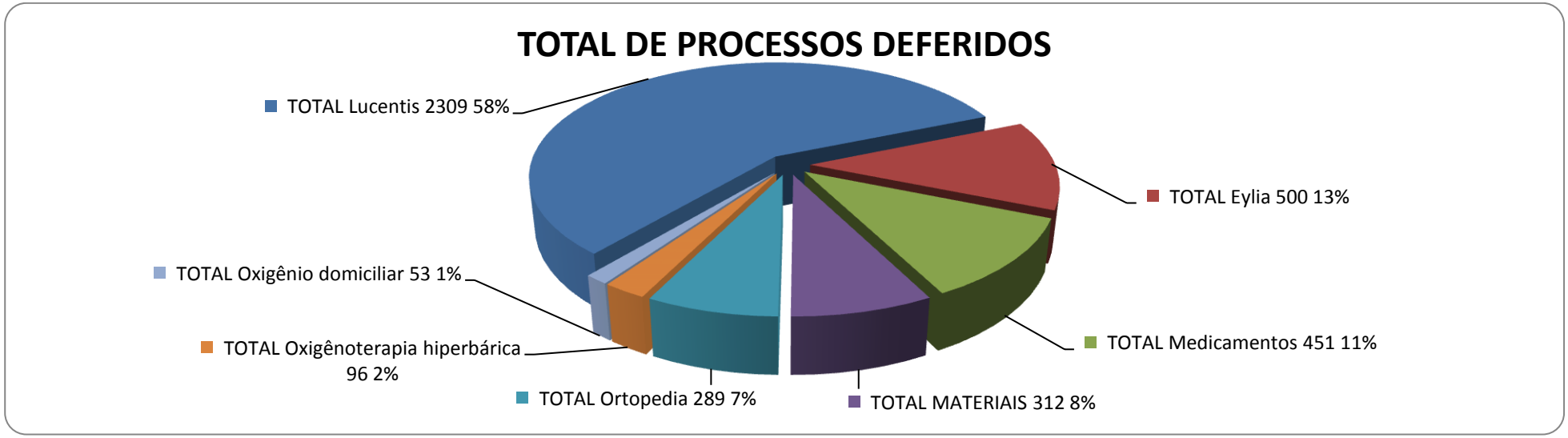
Avenida Borges de Medeiros, 1945 – Porto Alegre – RS - Telefone 3210.5602
E-mail: dtmedica-ipe@ipe.rs.gov.br

2.2.2 SOLICITAÇÕES DEFERIDAS POR PROCESSO

O número de autorizações via processo são os que seguem. Observa-se que em alguns casos, a quantidade autorizada supera a quantidade pedida. Ocorre que para um mesmo processo pode haver mais de uma solicitação, como por exemplo, para o Lucentis e Eylia que são medicamentos oculares, um processo solicita medicação para os dois olhos. Como o número de processos deferidos é mensurado através da quantidade de ofícios emitidos, e os mesmos são feitos separadamente um para cada olho, aumenta o número das solicitações deferidas em relação às solicitações.

Solicitações deferidas	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Lucentis	133	117	191	162	197	185	220	200	199	195	238	272	**2309**
Eylia	22	30	44	34	50	42	57	48	55	40	38	40	**500**
Medicamentos	29	30	39	47	37	50	40	34	32	34	37	42	**451**
MATERIAIS	20	32	28	28	18	26	25	26	12	29	35	33	**312**
Ortopedia	10	23	25	21	26	26	43	25	28	20	23	19	**289**
Oxigênoterapia hiperbárica	7	7	9	12	7	4	7	8	5	10	11	9	**96**
Oxigênio domiciliar	3	2	7	7	4	4	5	3	1	4	5	8	**53**
TOTAL	**224**	**241**	**343**	**311**	**339**	**337**	**397**	**344**	**332**	**332**	**387**	**423**	**4010**

Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul
DIRETORIA DE SAÚDE

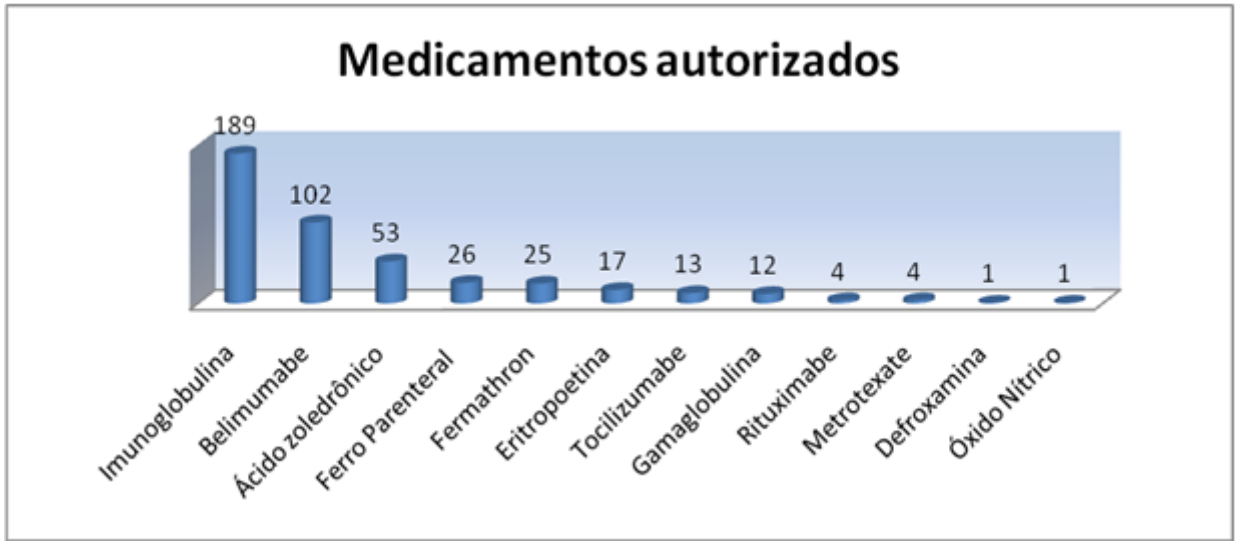


2.2.3 MEDICAMENTOS AUTORIZADOS

Alguns medicamentos especiais, os quais ainda não constam na tabela IPE-Saúde, são autorizados por processo administrativo. Segue o total de autorizações no ano de 2015:

Medicamentos Especiais	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Imunoglobulina	14	9	17	23	18	22	17	14	15	13	14	13	**189**
Belimumabe	6	4	8	10	10	8	7	11	9	10	10	9	**102**
Ácido zoledrônico	3	8	6	2	3	5	4	2	5	4	5	6	**53**
Ferro Parenteral	2	5	1	3	2	3	3	1	1	2	1	2	**26**
Fermathron	1	1	1	6	0	3	3	0	0	2	0	8	**25**
Eritropoetina	1	1	2	2	1	2	3	3	1	1	0	0	**17**
Tocilizumabe	1	1	1	0	1	1	1	2	1	1	2	1	**13**
Gamaglobulina	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	**12**
Rituximabe	0	0	1	0	1	0	1	0	0	1	0	0	**4**
Metrotexate	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	1	**4**
Defroxamina	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	**1**
Óxido Nítrico	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	**1**
TOTAL	**29**	**30**	**39**	**47**	**37**	**46**	**40**	**34**	**33**	**36**	**35**	**41**	**447**

Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul
DIRETORIA DE SAÚDE



2.2.4 MATERIAIS AUTORIZADOS

A quantidade de materiais autorizados via processo administrativo está exposta na tabela abaixo. Para melhor classificá-los foram utilizadas classes através da curva ABC. Este método permite avaliar os materiais rotineiramente autorizados e analisar a possibilidade de incluí-los na tabela, criando parâmetros para autorizar via sistema.

Podemos observar que os primeiros 19,61%, classe A, são responsáveis por aproximadamente 75,5% da quantidade de materiais autorizada.

Os próximos 37,25% dos itens, classe B, representam 17,11% da quantidade de materiais autorizada e os 43,14% últimos, classe C, são responsáveis por apenas 7,38% dos materiais.

	Material	Quantidade	Classe
1	Fibraotica	81	A
2	Oclusor (Fop Cia)	31	
3	Ffr	24	
4	Stent Intracraniano	21	
5	Materialeletrofisiologia	16	
6	Onyx	14	
7	Corevalve	11	
8	Tela Prolapso	11	
9	Agulha Esclerose	8	
10	Granufoam	8	
11	Cateter Laço	4	B
12	Ligaduraelastica	4	
13	Substituto Dura Mater	4	
14	Brca	4	
15	Bomba Programável	4	
16	Placa Crânio	3	
17	Endoprótese P/ Tips	3	
18	Enteroscopia	3	
19	Cateter Aspiração Trombo	2	
20	Cateterpicc	2	
21	Conjunto Acesso Percutâneo	2	
22	Dilatador Ureteral	2	
23	Microesferas	2	
24	Outros	2	

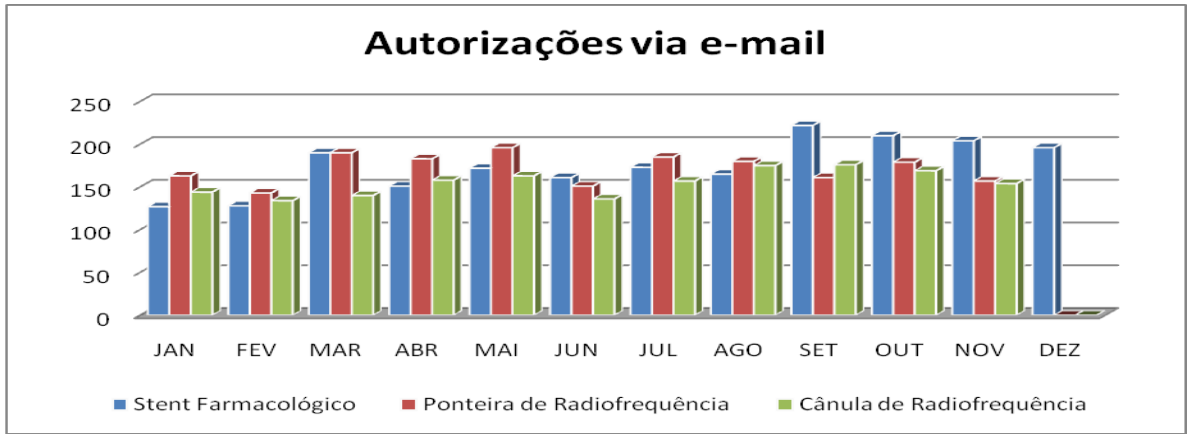
Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul
DIRETORIA DE SAÚDE

25	Sling	2	
26	Stent Biliar	2	
27	Stent Esofágico	2	
28	Valvulaahmed	2	
29	Implante Ressincronizador	2	
	Material	**Quantidade**	**Classe**
30	Agulha Radiofrequência	1	C
31	Balãoaclasia	1	
32	Balão Remodelamento	1	
33	Cateter Balão Farmacológico	1	
34	Cateter Introdutor Stent Intracraniano	1	
35	Eletrodo Nervo Facial	1	
36	Eletrodoversapoint	1	
37	Endoguia	1	
38	Endoprotese Aorta	1	
39	Endoprótese	1	
40	Escova Citológica	1	
41	Esfincter Urinário	1	
42	Gooseneck	1	
43	Implante Coclear	1	
44	Odonto	1	
45	Placasresorb	1	
46	Stentfarmacologicoarteria Renal	1	
47	Tela Reforço	1	
48	Valvula Hidrocefalia	1	
49	Transplante Alogênico	1	
50	Oxido Nítrico	1	
51	Exame	1	
	TOTAL	**298**	

2.2.5 AUTORIZAÇÕES VIA EMAIL

Os materiais abaixo eram solicitados através do e-mail gau-ipe@ipe.rs.gov.br. A Ordem de Serviço 008/2015 de 20 de novembro de 2015 alterou a forma de solicitação dos materiais Ponteira e Cânula de Radiofrequência. A partir de então, os pedidos desses dois materiais passaram a ser feitos via On-Line pela Central de Autorizações, permanecendo apenas o Stent por e-mail.

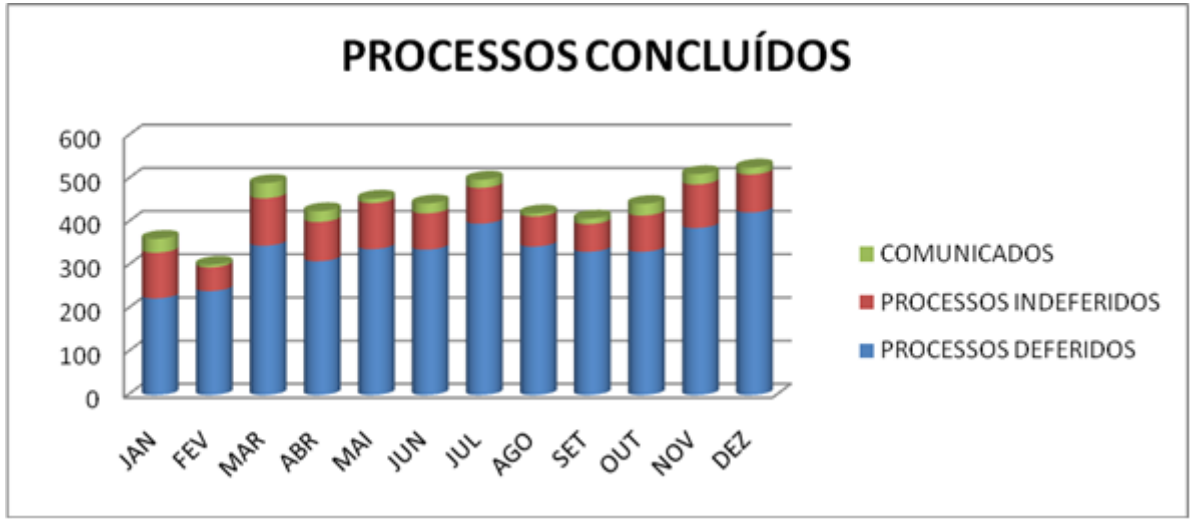
Autorizações via e-mail	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Stent Farmacológico	127	128	190	151	172	161	173	165	222	210	204	196	**2099**
Ponteira de Radiofrequência	163	143	190	183	196	151	185	180	161	179	157	--	**1888**
Cânula de Radiofrequência	144	134	140	158	163	136	157	175	176	169	154	--	**1706**
TOTAL	**434**	**405**	**520**	**492**	**531**	**448**	**515**	**520**	**559**	**558**	**515**	**196**	**5693**



2.3 ANÁLISE GERAL DAS SOLICITAÇÕES

O total de processos concluídos em 2015 está separado por tipos de decisão.

Análise geral das solicitações	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
PROCESSOS DEFERIDOS	224	241	346	310	338	337	397	344	332	332	387	423	**4011**
PROCESSOS INDEFERIDOS	106	55	110	91	107	84	83	70	64	84	101	88	**1043**
COMUNICADOS*	32	6	35	25	10	23	19	7	13	27	24	16	**237**
TOTAL DE OFÍCIOS	**362**	**302**	**491**	**426**	**455**	**444**	**499**	**421**	**409**	**443**	**512**	**527**	**5291**



*Os Comunicados têm a função de informar o usuário e o prestador quando a solicitação feita através de processo poderia ser feita via online, ou quando o material solicitado consta na tabela IPE. Neste caso o pedido não será deferido nem indeferido. Portanto é necessário elaborar um comunicado com esta orientação.

2.4 HABILITAÇÃO DE DEPENDENTES

O número de pedidos deferidos para habilitação de dependentes no plano Ipe Saúde está descrito abaixo e dividido por grau de relação com o segurado:

TIPO DE HABILITAÇÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Convivente	79	59	125	141	61	136	120	99	79	93	99	57	**1148**
Convivente Homoafetivo	2	3	6	6	0	4	4	6	3	3	2	4	**43**
Menor sob guarda	12	8	22	14	10	18	42	12	40	13	15	18	**224**
Enteado/Enteada	13	35	20	45	10	29	33	25	8	26	34	19	**297**
TOTAL	**114**	**113**	**182**	**213**	**97**	**198**	**201**	**162**	**143**	**140**	**153**	**104**	**1820**

2.4.1 Habilitação de Filho Inválido

Para a habilitação de filho inválido é necessário que o requerente passe por perícias com médicos credenciados do IPERGS a partir do CID apresentado. A quantidade e tipo de parecer dos processos concluídos no período são os que seguem:

Habilitação de Filho Inválido	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Invalidez Definitiva	5	10	10	6	11	8	0	1	8	5	4	3	**71**
Invalidez Temporária	2	2	2	0	3	3	0	0	1	0	0	0	**13**
Indeferidos	0	3	2	6	4	7	0	2	1	3	1	2	**31**
TOTAL DE PARECERES	**7**	**15**	**14**	**12**	**18**	**18**	**0**	**3**	**10**	**8**	**5**	**5**	**115**

2.5 PAC / PAMES

Os beneficiários dos planos PAC e PAMES estão descritos nas tabelas abaixo:

PAC	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Ativos	160821	160832	161415	162390	162977	163484	163887	164342	165137	165516	165881	166155	**1962837**
Incluídos	974	945	1727	1807	1271	1173	1196	1356	1481	1060	1023	882	**14895**
Cancelados	701	736	794	709	634	632	707	658	606	654	631	580	**8042**
TOTAL	**162496**	**162513**	**163936**	**164906**	**164882**	**165289**	**165790**	**166536**	**167224**	**167230**	**167535**	**167617**	**1985774**

PAMES	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Ativos	246581	246648	246838	247079	247179	247230	247222	247180	247311	247280	247265	247145	**2964958**
Incluídos	793	741	1075	992	759	771	794	824	862	621	648	503	**9383**
Cancelados	644	615	782	711	640	694	751	775	709	639	647	601	**8208**
Dep. PAC	87995	88004	88231	88591	88756	88948	89050	89175	89479	89550	89646	89648	**1067073**
Pensionista	15351	15323	15316	15324	15313	15312	15290	15249	15228	15197	15192	15159	**183254**
TOTAL	**351364**	**351331**	**352242**	**352697**	**352647**	**352955**	**353107**	**353203**	**353589**	**353287**	**353398**	**353056**	**4232876**

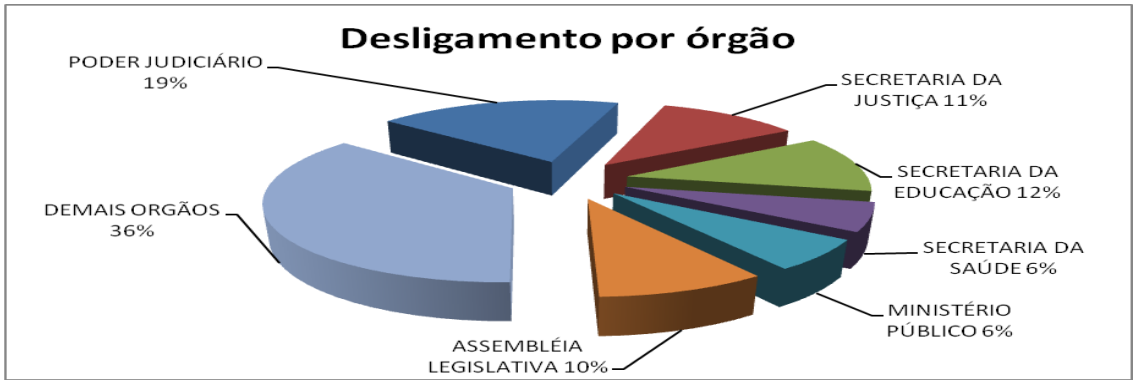
2.6 DESLIGAMENTO IPE SAÚDE

O número de desligamentos deferidos solicitados por meio de processo administrativo.

2.6.1 DESLIGAMENTOS POR ÓRGÃO

Os órgãos que apresentam o maior número de pedidos são os que seguem:

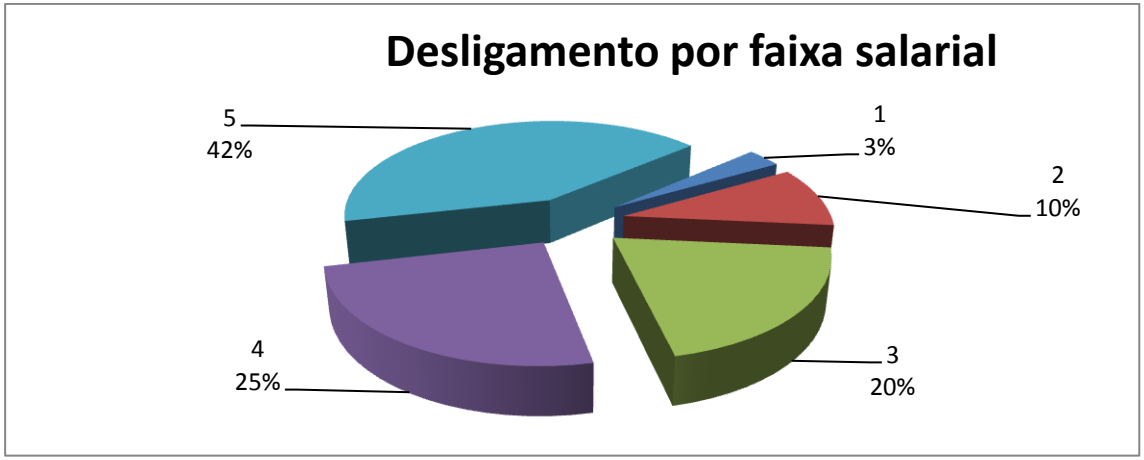
ÓRGÃO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
DEMAIS ORGÃOS	29	17	61	56	54	35	35	43	30	42	36	32	**470**
PODER JUDICIÁRIO	24	8	18	31	17	18	12	22	27	32	17	24	**250**
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	12	4	18	13	15	14	14	10	14	14	12	11	**151**
SECRETARIA DA JUSTIÇA	13	12	5	22	15	15	16	16	10	5	7	10	**146**
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	8	3	12	36	24	3	7	7	3	11	6	2	**122**
MINISTÉRIO PÚBLICO	9	4	4	13	11	7	2	7	5	7	10	3	**82**
SECRETARIA DA SAÚDE	8	9	8	12	7	4	5	6	3	4	2	8	**76**
TOTAL	**103**	**57**	**126**	**183**	**143**	**96**	**91**	**111**	**92**	**115**	**90**	**90**	**1297**



Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul
DIRETORIA DE SAÚDE

2.6.2 DESLIGAMENTOS POR FAIXA SALARIAL

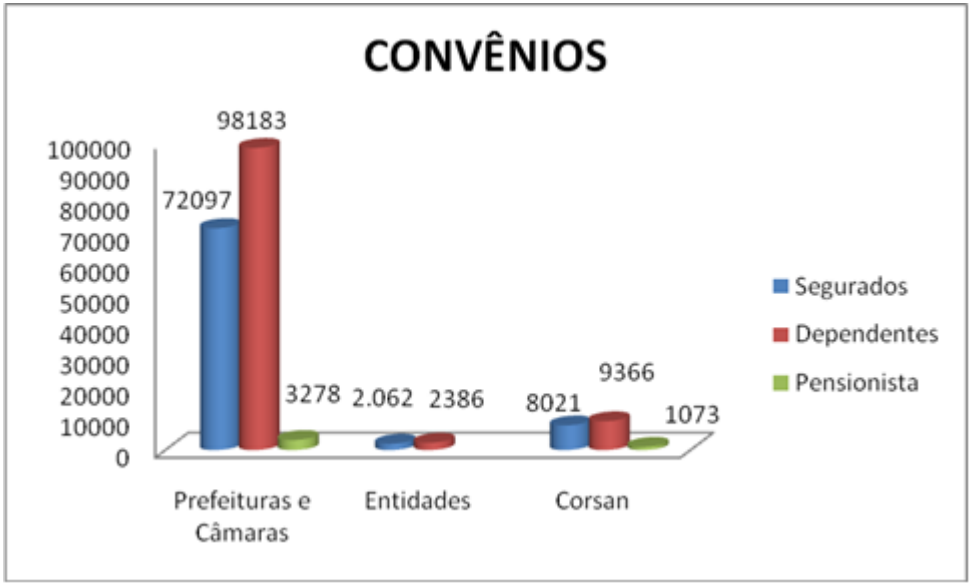
Faixa Salárial	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
1 (até R$ 666,09)	3	2	1	5	6	5	5	4	1	3	2	3	**40**
2 (deR$ 666,09 até R$ 1.776,24)	12	3	11	15	15	11	11	9	10	12	13	5	**127**
3 (deR$ 1.776,24 até 2.664,36)	27	18	31	36	30	14	12	24	18	15	14	21	**260**
4 (deaté R$ 2.664,36 até R$ 3.552,48)	24	10	32	53	34	26	24	24	21	30	25	20	**323**
5 (acima de R$ 3.552,48)	37	24	51	74	58	40	39	50	42	55	36	41	**547**
TOTAL	**103**	**57**	**126**	**183**	**143**	**96**	**91**	**111**	**92**	**115**	**90**	**90**	**1297**



2.7 CONVÊNIOS

O IPE Saúde mantém convênios firmados com Prefeituras e Câmaras de alguns municípios do Rio Grande do Sul, além de algumas Entidades Estaduais, para oferecer aos funcionários dessas organizações o direito de aderir ao IPE Saúde. O número de beneficiários do plano é o que segue:

CONVÊNIOS	Segurados	Dependentes	Pensionista	TOTAL
Prefeituras e Câmaras	72097	98183	3278	**173558**
Entidades	2.062	2386	0	**4448**
Corsan	8021	9366	1073	**18460**
TOTAL	82180	109935	4351	**196466**



2.8 REEMBOLSO

O serviço de Reembolso analisa os pedidos através de processos para ressarcimento de despesas médicas fora do Estado ou quando na cidade não há prestador credenciado para atender a demanda. O valor pago da Anestesia pode ser solicitado via processo eletrônico e é reembolsado conforme tabela IPE.

2.8.1 Reembolsos Deferidos por Processo Administrativo:

Tipo	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Anestesia (R$)	107.389,86	105.829,99	78.681,82	76.008,60	118.359,68	79.862,01	257.480,07	355.942,05	328.753,29	230.137,97	145.860,48	148.213,25	**2.032.519,07**
Exames (R$)	12.013,77	22.153,58	9.839,60	11.450,45	7.302,62	8.716,04	9.608,93	40.806,96	29.111,65	17.944,34	10.219,72	15.768,93	**194.936,59**
Despesas (R$)	5.710,02	5.999,50	9.785,75	20.000,66	22.938,07	26.677,14	19.752,06	2.601,87	290	4.581,52	38.697,02	7.608,95	**164.642,56**
Honorários (R$)	571,98	1.649,04	598,79	755,59	159,53	967,94	0	2.880,00	1.151,81	4.238,00	47.498,22	4.569,20	**65.040,10**
Consultas (R$)	421	559	702,91	523	1.380,59	196,42	1.010,37	678,15	1.375,00	645,27	428	963	**8.882,71**
Total (R$)	**126.106,63**	**136.191,11**	**99.608,87**	**108.738,30**	**150.140,49**	**116.419,55**	**287.851,43**	**402.909,03**	**360.681,75**	**257.547,10**	**242.703,44**	**177.123,33**	**2.466.021,03**

2.8.2 Reembolsos Deferidos por Processo Eletrônico de Anestesias:

Anestesia	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
Eletrônico (R$)	1.049.995,13	956.717,73	857.839,02	1.048.590,75	1.055.313,88	752.001,14	1.419.085,56	1.313.242,72	1.255.749,64	1.295.990,05	1.445.177,08	1.262.548,14	**13.712.250,84**

3.GERÊNCIA DE CONTROLE

A gerência de controle é responsável por gerir as faturas de serviços de saúde prestados com os usuários do sistema, as atividades de auditoria de contas nos prestadores, à efetivação de glosas nas faturas de serviços de saúde prestados e gerir a preparação do pagamento de faturas liquidadas. A efetivação dos serviços prestados pela gerência se faz a partir do serviço de revisão de contas, que consiste em:

- Receber via sistema as faturas de serviços de saúde prestados aos usuários do IPE-saúde;
- Analisar tecnicamente as faturas de serviços de saúde prestados apontados pelo sistema;
- Identificar e apontar glosas nas faturas de serviços de saúde prestados;
- Efetivar glosas nas faturas de serviços de saúde prestados.

Abaixo tabelas que sintetizam as atividades desenvolvidas pela gerência de controle no ano de 2015:

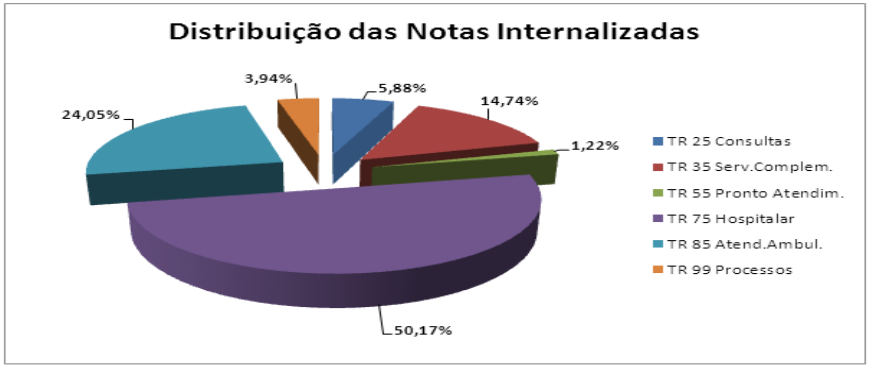
Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul
DIRETORIA DE SAÚDE

3.1 TOTAL DE NOTAS INTERNALIZADAS

GERÊNCIA DE CONTROLE - IPERGS

TOTAL DE NOTAS INTERNALIZADAS
Período: 1/01/2015 a 31/12/2015

Tipo de Notas	Descrição das Notas	% Distribuição/ Valor Informado	Qtde de Notas	Valor Total Informado nas Notas	Valor Total Calculado	Valor Total Glosado	Total Glosado em %
TR 25	Consultas	**5,88%**	192.054	99.129.179,00	99.129.179,00	-	**-**
TR 35	Serv.Complem.	**14,74%**	964.282	248.522.202,74	247.730.921,96	791.280,78	**0,32%**
TR 55	Pronto Atendim.	**1,22%**	120.334	20.538.523,88	20.458.673,41	79.850,47	**0,39%**
TR 75	Hospitalar	**50,17%**	176.972	845.963.225,24	803.745.782,65	42.217.442,59	**4,99%**
TR 85	Atend.Ambul.	**24,05%**	208.567	405.486.927,49	395.169.143,57	10.317.783,92	**2,54%**
TR 99	Processos	**3,94%**	9.226	66.434.200,54	66.434.200,54	-	**-**
	TOTAL	**100,00%**	**1.671.435**	**R$ 1.686.074.258,89**	**R$ 1.632.667.901,13**	**R$ 53.406.357,76**	**-**



Mary Liliane Cavalheiro Mendes
Analista em Previdência e Saúde
Contadora - Matrícula 65748

Maria Tereza Franco do Amaral
Gerente de Controle
Matrícula 64386

Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul
DIRETORIA DE SAÚDE

3.2 TOTAL DE NOTAS REVISADAS POR AUDITORES

GERÊNCIA DE CONTROLE - IPERGS

TOTAIS DE NOTAS REVISADAS PELOS AUDITORES
Período: 1/01/2015 a 31/12/2015

Matrícula	Qtde de Notas Distribuídas	Qtde de Notas Revisadas	Meta Mín. Contas	% Notas Rev. s/ Meta Mínima	Valor Total Informado	Valor Total Calculado	Valor Total Glosado	Total Glosado Grupo I	Total Glosado Grupo II	Total Glosado Grupo III
20.594	443	443	205	216,10%	8.941.385,29	8.598.025,90	343.359,39	338.711,15	4.648,24	-
22.384	1	-	1	100,00%	17.892,17	17.590,21	301,96	301,96	-	-
26.351	174	173	119	146,22%	1.838.706,88	1.770.907,27	67.799,61	41.231,05	26.568,56	-
26.401	7	7	6	116,67%	27.997,72	21.076,59	6.921,13	51,93	6.869,20	-
34.694	7.227	7.227	364	1985,44%	68.241.483,36	65.880.144,63	2.361.338,73	2.361.333,05	5,68	-
64.386	4	4	3	133,33%	9.160,80	8.391,69	769,11	450,42	318,69	-
65.797	221	220	140	157,86%	3.304.169,55	3.095.685,82	208.483,73	104.710,73	103.773,00	-
65.839	765	762	255	300,00%	9.201.535,83	8.806.441,48	395.094,35	260.545,52	134.548,83	-
65.847	2.067	2.058	324	637,96%	25.774.101,76	24.534.735,19	1.239.366,57	673.387,90	565.978,67	-
65.961	1.063	1.054	282	376,95%	3.777.387,11	3.040.059,42	737.327,69	114.092,94	623.234,75	-
66.704	1.251	1.242	294	425,51%	15.362.848,57	14.496.739,20	866.109,37	544.572,47	321.536,90	-
67.058	959	952	274	350,00%	11.087.527,17	10.049.902,46	1.037.624,71	398.088,50	639.536,21	-
67.090	958	954	274	349,64%	10.664.640,11	10.274.215,28	390.424,83	291.092,88	99.331,95	-
999.999	1.367.736	1.367.736	384	356181,25%	1.340.015.850,67	1.310.335.512,22	29.680.338,45	29.072.807,94	178.302,66	429.227,85
1.042.044	-	2	-	0,00%	1.171,00	1.171,00	-	-	-	-
TOTAIS	**1.382.876**	**1.382.834**	**2.925**	**361476,92%**	**1.498.265.857,99**	**1.460.930.598,36**	**37.335.259,63**	**34.201.378,44**	**2.704.653,34**	**429.227,85**

Grupo I :	Glosa do Sistema
Grupo II :	Glosa do Revisor Técnico
Grupo III :	Glosa Móvel

Mary Liliane Cavalheiro Mendes
Analista em Previdência e Saúde
Contadora - Matrícula 65748

Maria Tereza Franco do Amaral
Gerente de Controle

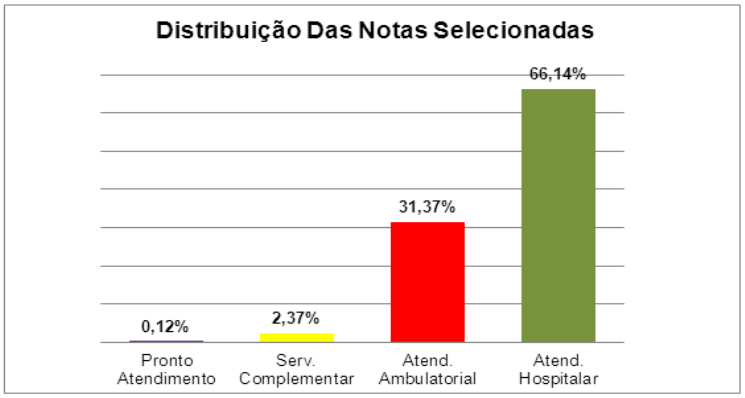
Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul
DIRETORIA DE SAÚDE

3.3 TOTAL DE NOTAS SELECIONADAS PARA REVISÃO TÉCNICA

GERÊNCIA DE CONTROLE - IPERGS

TOTAL DE NOTAS SELECIONADAS PARA REVISÃO TÉCNICA
Período: 1/01/2015 a 31/12/2015

Tipo de Nota	Descrição das Notas	% Distribuição/ Valor Informado	Qtde de Notas Selecionadas	Valor Total Informado	Valor Total Calculado	Valor Total Glosado	% Glosado referente as Notas
TR 55	Pronto Atendimento	0,12%	4.595	1.106.111	1.026.348	79.763	7,21%
TR 35	Serv. Complementar	2,37%	31.623	21.685.610	20.913.333	772.277	3,56%
TR 85	Atend. Ambulatorial	31,37%	41.034	287.346.215	281.353.993	5.992.228	2,09%
TR 75	Atend. Hospitalar	66,14%	44.147	605.886.615	584.767.057	21.119.710	3,49%
TOTAIS		100,00%	**121.399**	**916.024.551,63**	**888.060.730,46**	**27.963.979,15**	



Mary Liliane Cavalheiro Mendes
Analista em Previdência e Saúde
Contadora - Matrícula 65748

Maria Tereza Franco do Amaral
Gerente de Controle

4. GERÊNCIA DE RELACIONAMENTO COM PRESTADORES

4.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Esse relatório tem como objetivo apresentar, em números, o resultado das atividades desempenhadas nos serviços de regulação e de gerenciamento de prestadores, vinculados à Gerência de Relacionamento com Prestadores no ano de 2015. Contempla gráficos, tabelas e seus respectivos aspectos críticos, considerando cada situação/dado apresentado.

Cabe salientar, para melhor entendimento, que se considera interior todas as localidades, exceto o município de Porto Alegre, e "pessoa física", todo profissional que possui registro no Conselho Regional de Medicina (CREMERS), Conselho Regional de Odontologia (CRO) e Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (CREFITO)

O relatório elaborado teve como fonte de dados o Sistema Médico Hospitalar (SMH) e seus respectivos relatórios.

4.2 GERÊNCIA DE RELACIONAMENTO COM PRESTADORES

No cumprimento das disposições do decreto 47.420/10, a Gerência de Relacionamento com Prestadores é responsável por gerir o atendimento aos prestadores credenciados, as atividades da Central de Regulação, o cadastro de prestadores e o controle de qualidade do atendimento desses.

Além disso, a Gerência, através do serviço de regulação, é responsável por monitorar as solicitações on-line de consultas, exames e procedimentos de saúde, propor novas autorizações via on-line e monitorar as atividades e a produtividade dos auditores da central de regulação, assim como a disponibilidade da rede de prestadores.

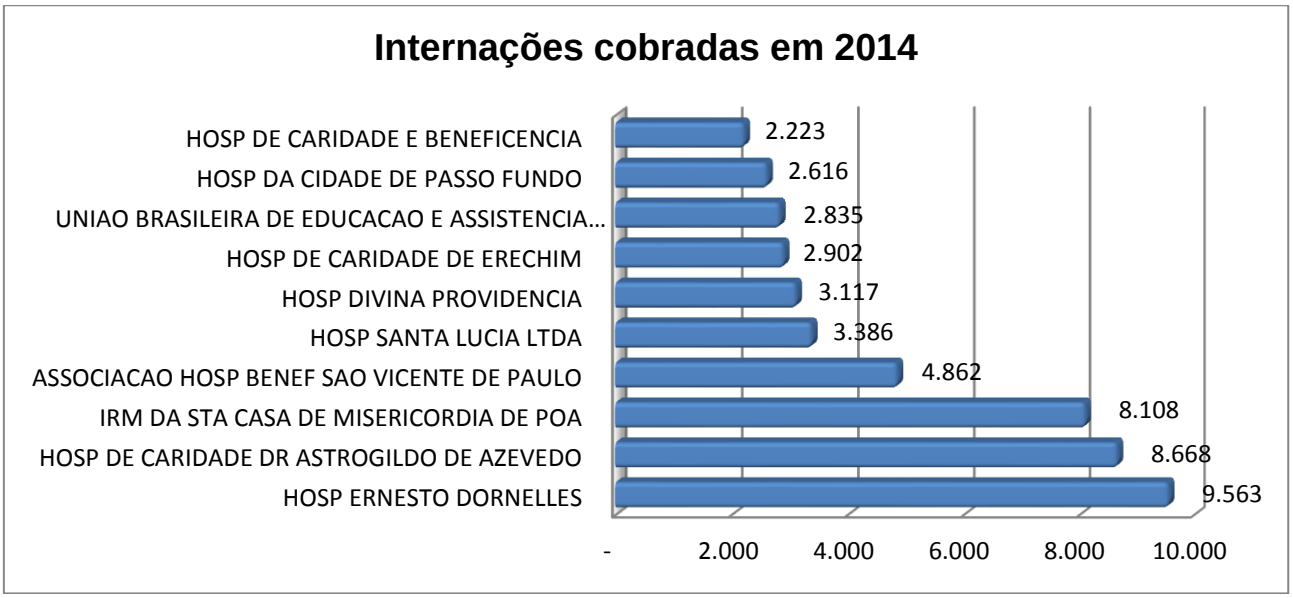
Dentre as atividades desenvolvidas ao longo de 2015, destaca-se:

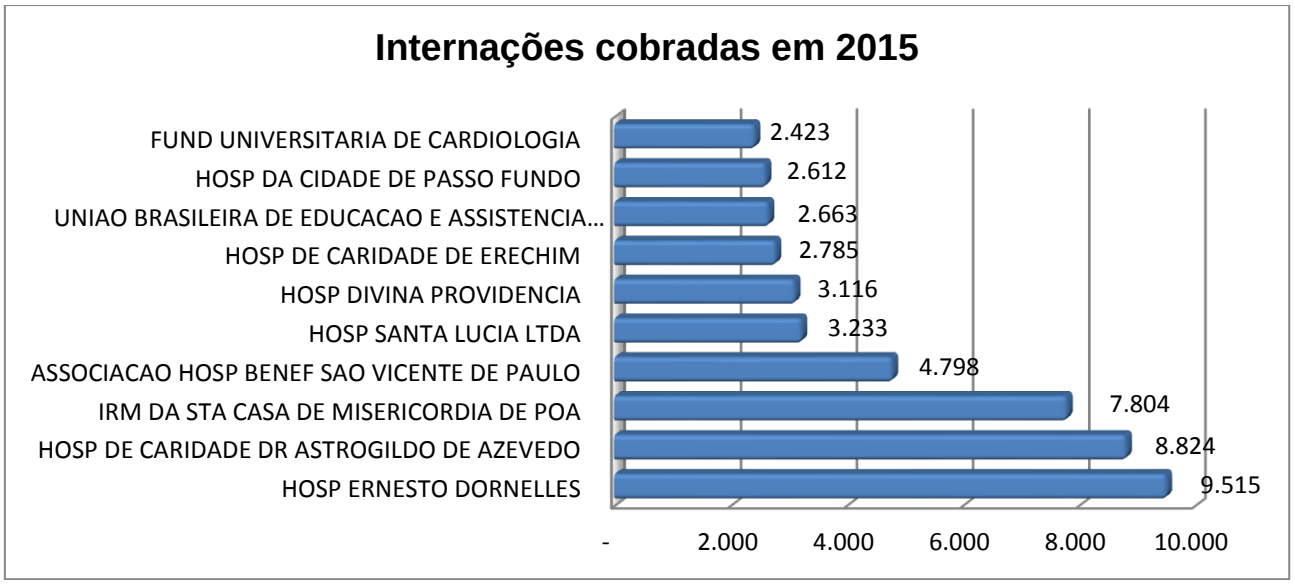
- Implantação da nova tabela THP, baseada na codificação e descrições da tabela CBHPM (Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos);
- Alteração do prazo de análise de alguns procedimentos, com objetivo de maior controle na análise dos mesmos;
- Desenvolvimento e teste do sistema de solicitação on-line das medicações Eylia e Lucentis;
- Implantação da GA (Guia de Atendimento) judicial, em fase de testes, para atender às demandas judiciais, através de solicitação on-line, que antes eram atendidas por meio de processo.

4.2.1 SERVIÇO DE REGULAÇÃO

Essencialmente, o Serviço de Regulação consiste numa central de atendimento onde são analisados todos os procedimentos solicitados pela rede de prestadores credenciados.

4.2.1.1 Internações



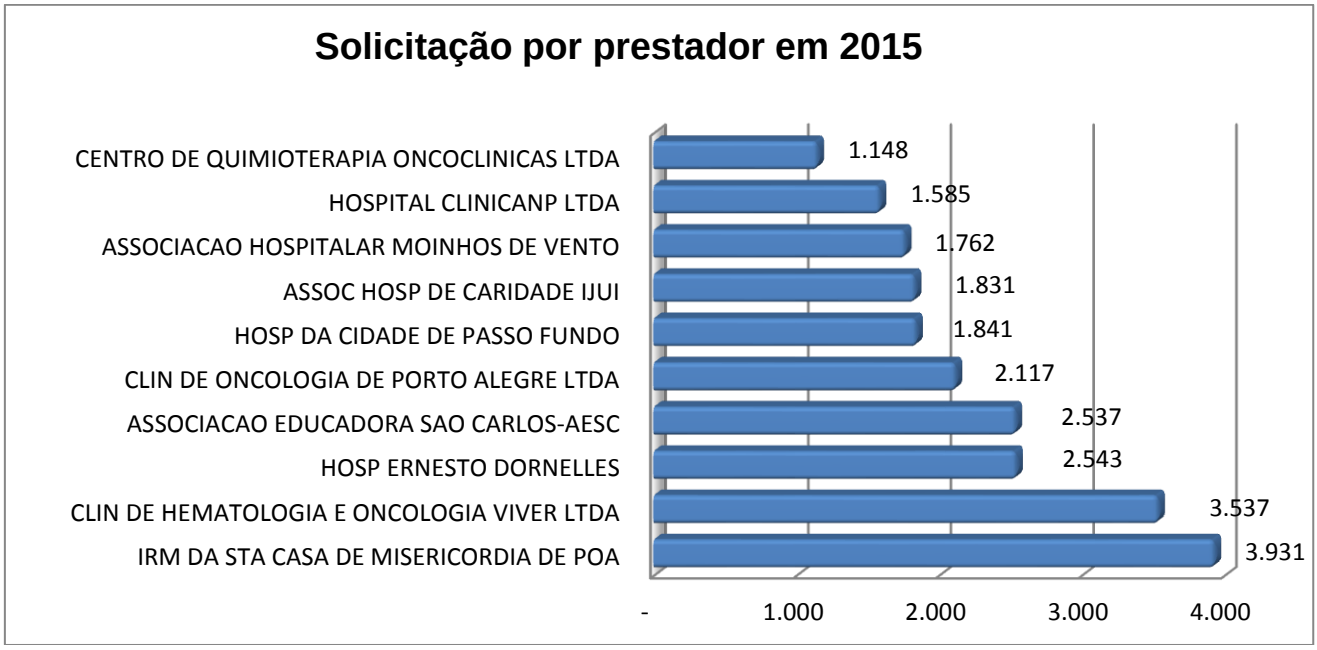


Optou-se por considerar o número de internações cobradas, e não o número de solicitações de internações, pois em algumas situações, por diversos motivos, as solicitações

não são efetivadas em atendimentos. Consequentemente, consideram-se as internações cobradas uma informação mais fidedigna das internações de fato realizadas.

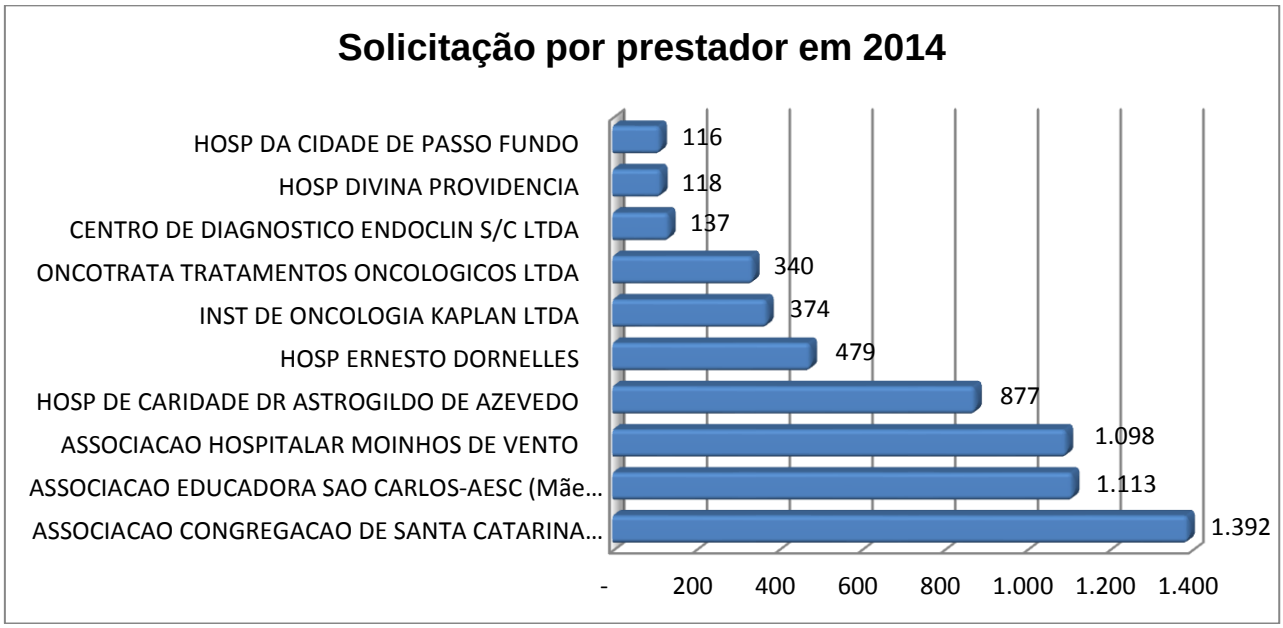
Em relação ao ano de 2014, o número total de internações cobradas diminuiu 3,58% (de 130.283 para 125.622). Acima são apresentados os dez maiores hospitais em volume de internações cobradas junto ao IPERGS. Cabe destacar que em 2015 houve apenas uma modificação em relação aos dez principais hospitais; em 2014, o décimo hospital, em número de internações cobradas, foi o hospital Beneficência Portuguesa e em 2015 foi o Instituto de Cardiologia.

4.2.1.2 Tratamentos de Quimioterapia

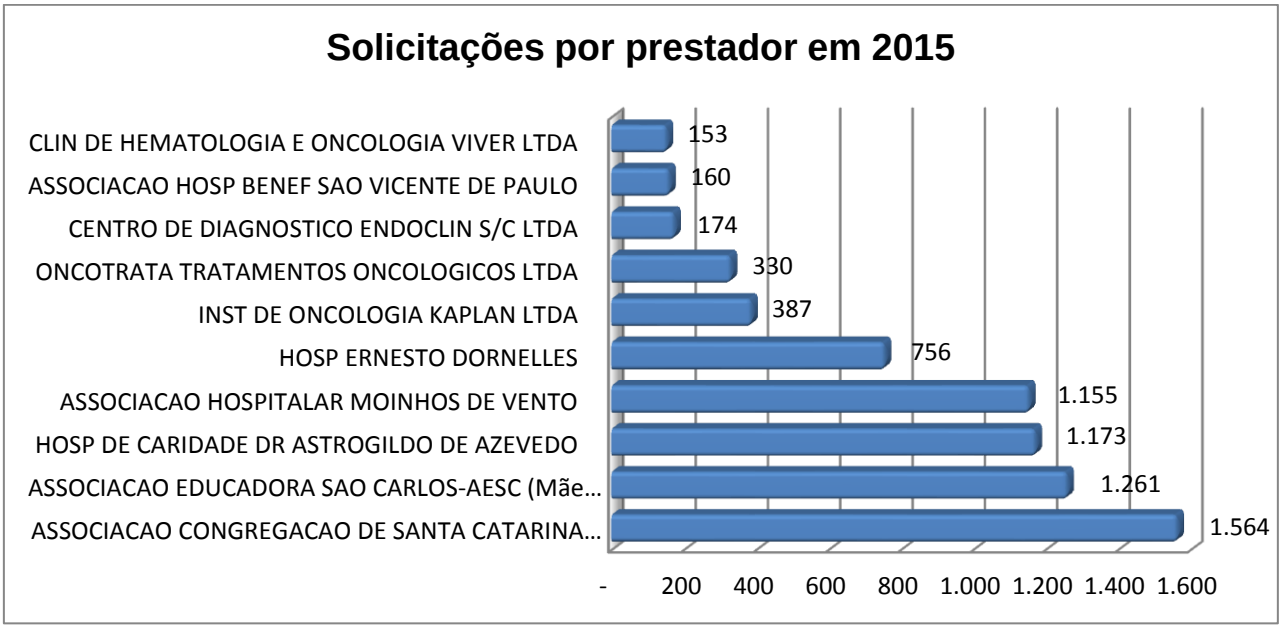


Nas solicitações de tratamentos quimioterápicos foram consideradas as solicitações realizadas e, em relação ao ano de 2014, houve um aumento de 5,98% (de 37.756 para 40.012). Nos dez principais prestadores, houve mudanças na posição, em relação ao volume de solicitações, e apenas uma mudança de prestador, que não constava em 2014 e constou em 2015 (Instituto de Oncologia em 2014 e Centro de Quimioterapia Oncoclínicas em 2015).

4.2.1.3 Medicações Reumatológicas

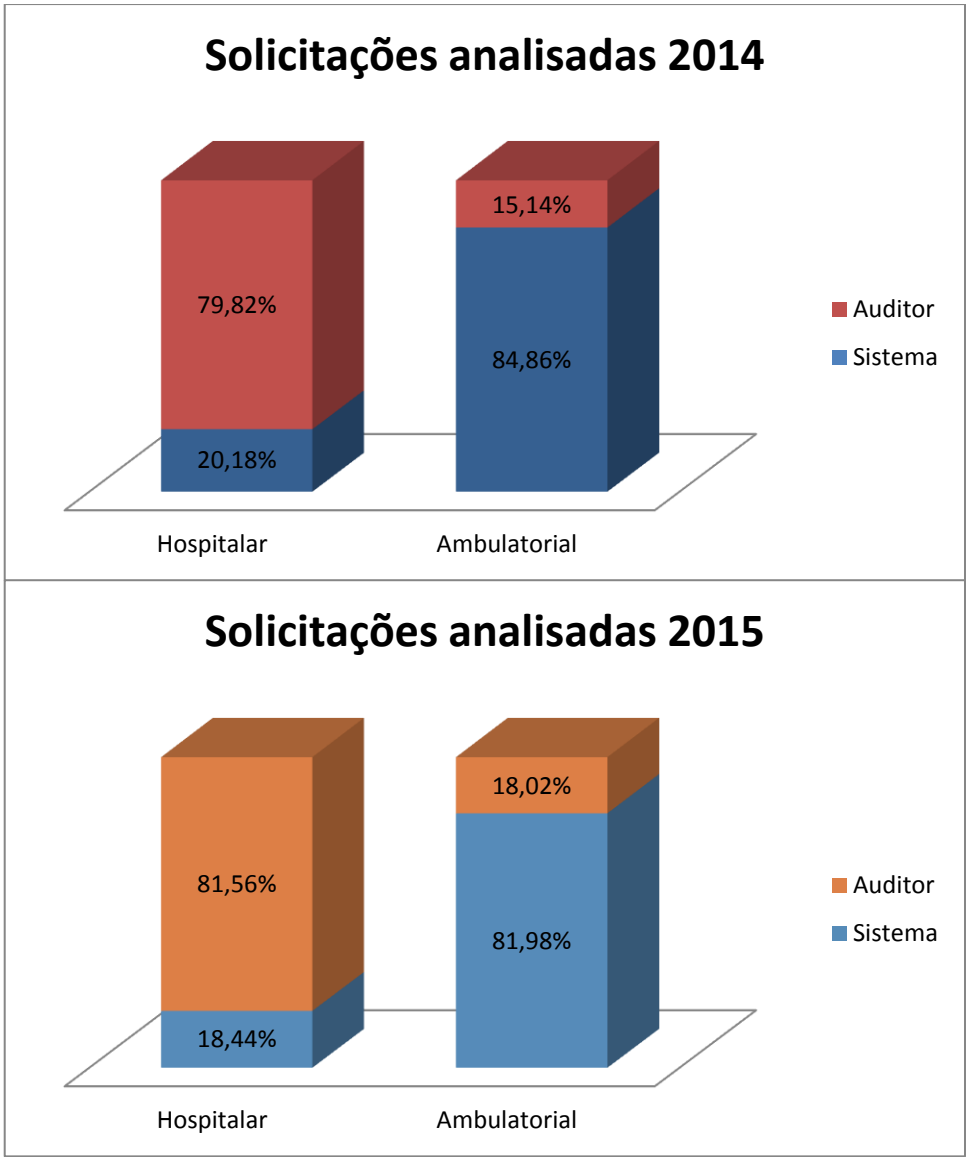


Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul
DIRETORIA DE SAÚDE



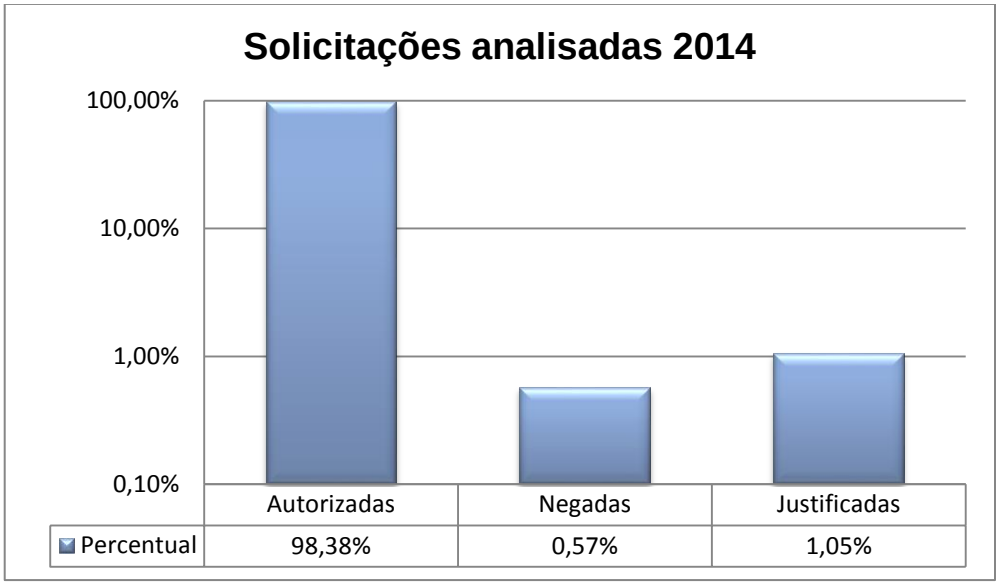
Nas solicitações de tratamentos reumatológicos foram consideradas as solicitações realizadas e, em relação ao ano de 2014, houve um aumento de 22,72% (de 6.359 para 7.804). Nos dez principais prestadores não houve mudanças na posição dos oito primeiros em relação ao volume de solicitações, mas houve duas mudanças de prestadores, que não constavam em 2014 e constaram em 2015 (hospital Divina Providência e hospital da cidade de Passo Fundo em 2014 e hospital São Vicente de Paulo e Clínica de Hematologia e Oncologia Viver em 2015).

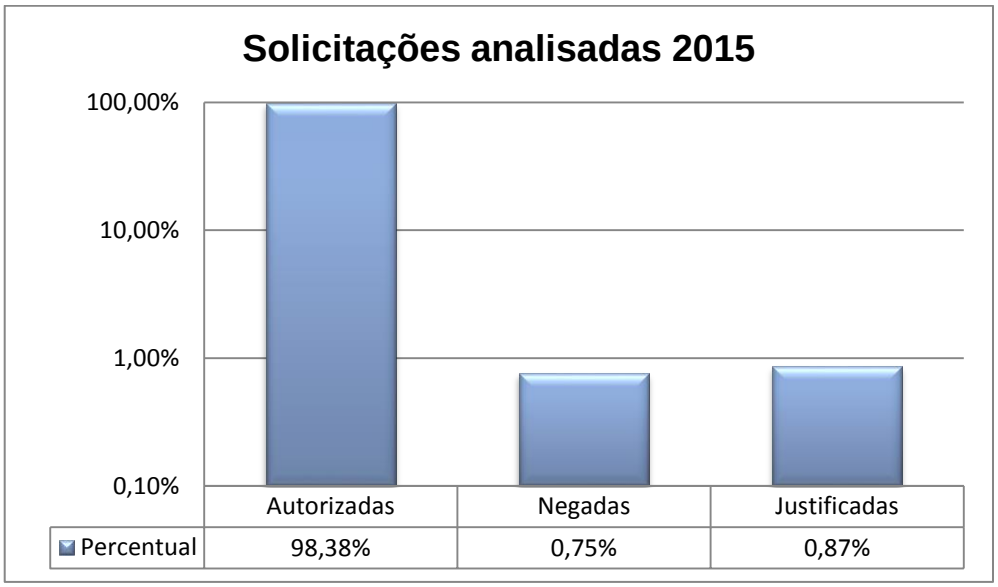
4.2.1.4 Solicitações Hospitalares e Ambulatoriais



Percebe-se que, de um ano para outro, a proporção de solicitações analisadas pelos auditores aumentou, tanto em relação às solicitações hospitalares quanto em relação às ambulatoriais. Particularmente, em relação às solicitações ambulatoriais, o aumento na proporção de solicitações analisadas pelos auditores deve-se, em parte, tanto ao aumento do número de solicitações de tratamentos quimioterápicos e reumatológicos (5,98% e 22,72% respectivamente), quanto a mudanças na análise de determinados procedimentos, que antes eram analisados diretamente pelo sistema, e posteriormente passaram a não ser mais analisados automaticamente, tendo que passar pela análise dos auditores.

4.2.1.5 Análise de Solicitações





Em relação ao ano de 2014 percebe-se que a proporção de solicitações autorizadas (hospitalares e ambulatoriais) se manteve a mesma no ano de 2015. Contudo, houve uma mudança na composição das solicitações negadas e justificadas, com um aumento de 31,57% nas solicitações negadas e um decréscimo de 17,14% nas solicitações justificadas. Vale lembrar que as solicitações justificadas são aquelas para as quais os auditores solicitam informações complementares para subsidiar a análise do tratamento ou dos procedimentos solicitados, situação esta que pode ocorrer quando a solicitação é feita com informações

insuficientes, quando o auditor desconfia de alguma irregularidade, ou mesmo para confirmar a existência de erro na solicitação.

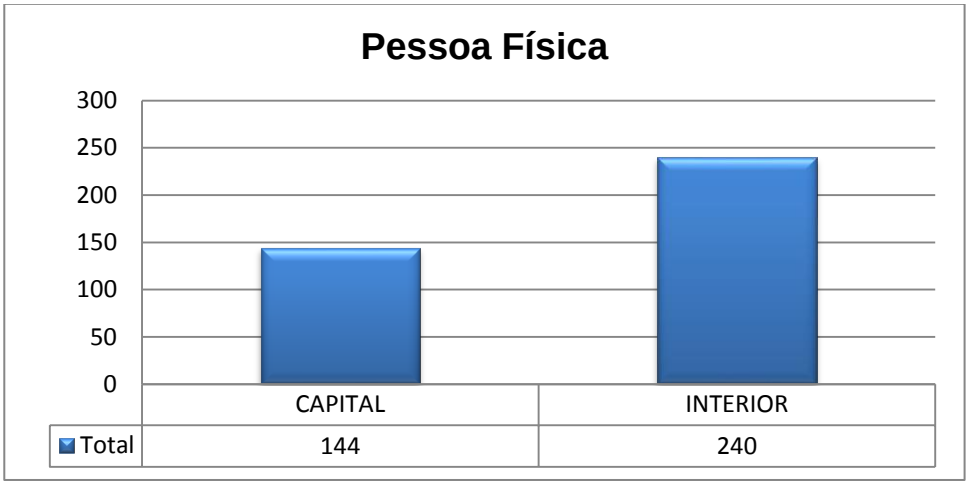
4.2.2 SERVIÇO DE GERENCIONAMENTO DE PRESTADORES

O Serviço de Gerenciamento de Prestadores é responsável por prestar atendimento aos prestadores de serviço de saúde, incluir e manter seu cadastro, realizar inspeções para fins de credenciamento, descredenciamento e avaliação dos serviços oferecidos pelos prestadores em todo o Estado, entre outras atividades inerentes à prestação de serviço de credenciamento.

4.2.2.1 Credenciamentos

4.2.2.1.1 Pessoa Física

No total de 384 credenciamentos apresentados abaixo, 5 são da especialidade de Cirurgia Buco-Maxilo-Facial credenciados no interior e outros 5 são da especialidade de Fisioterapia, também credenciados no interior.



Abaixo, apresenta-se o demonstrativo da distribuição da rede credenciada em 2015 no mapa de calor, conforme valores do gráfico acima:

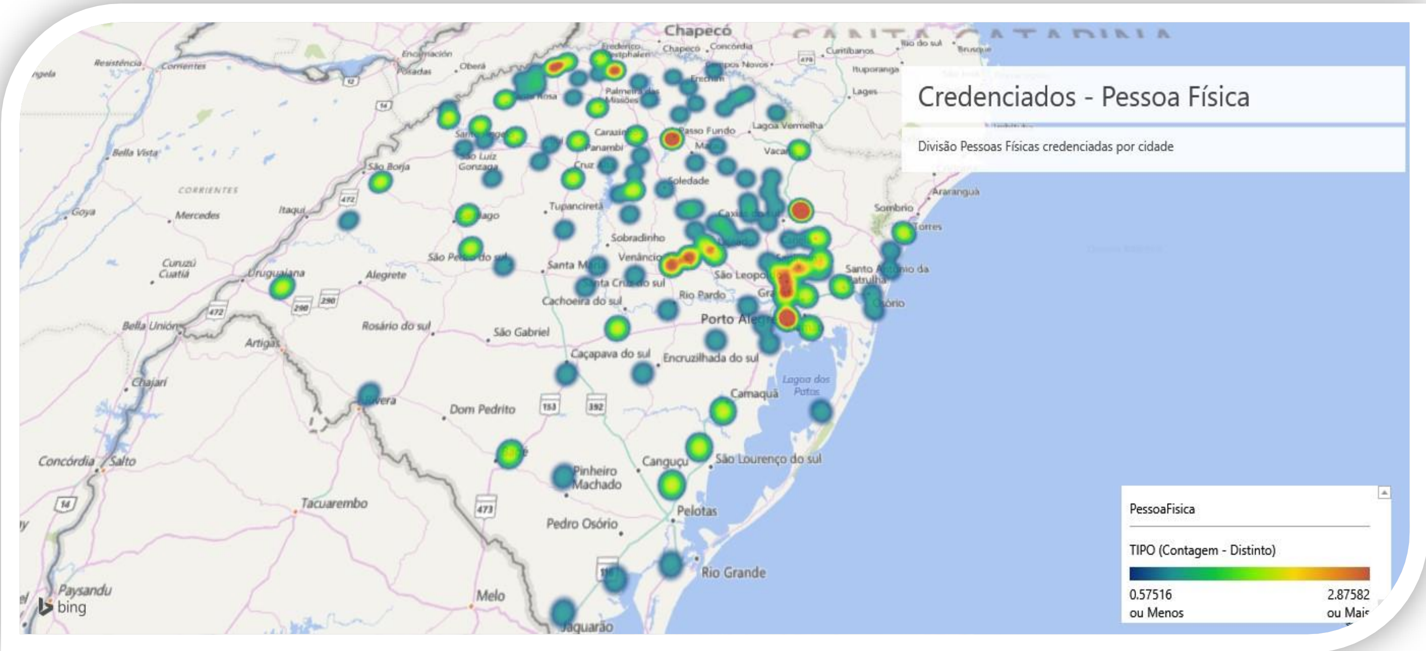
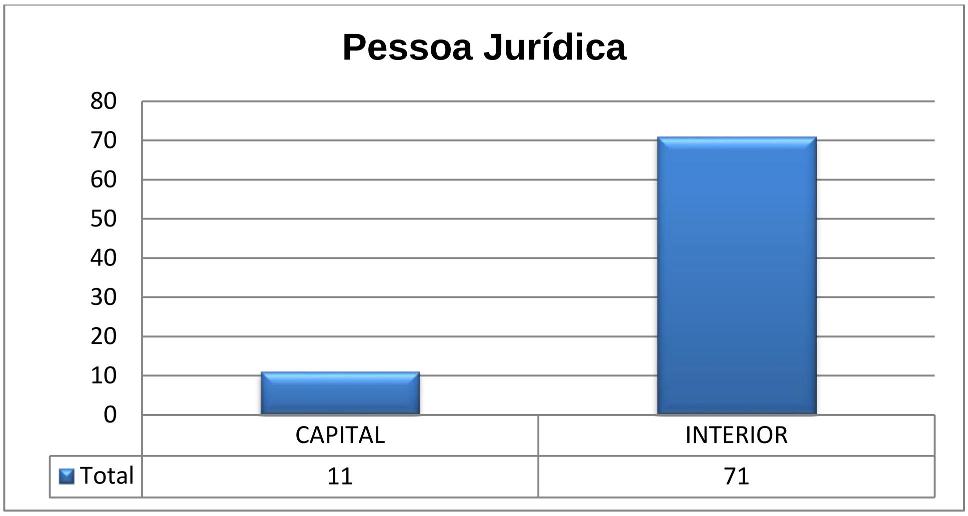
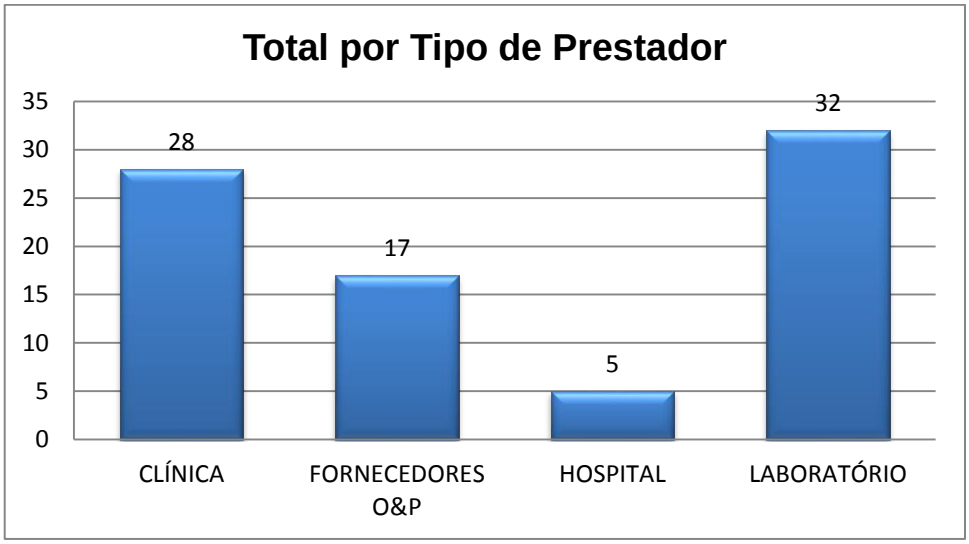


Figura 1 – Mapa de calor

4.2.2.1.2 Pessoa Jurídica

Como se pode verificar, a concentração de credenciamentos no interior é bem maior do que na capital, alcançando a variação de 545%, ou seja, para cada credenciamento na capital, são realizados 6 no interior. Houve um total de 82 credenciamentos.

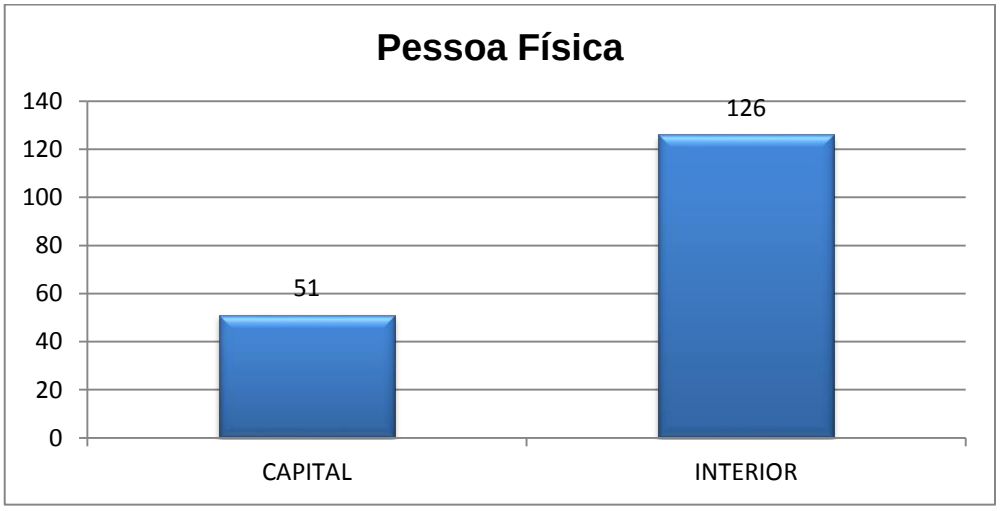




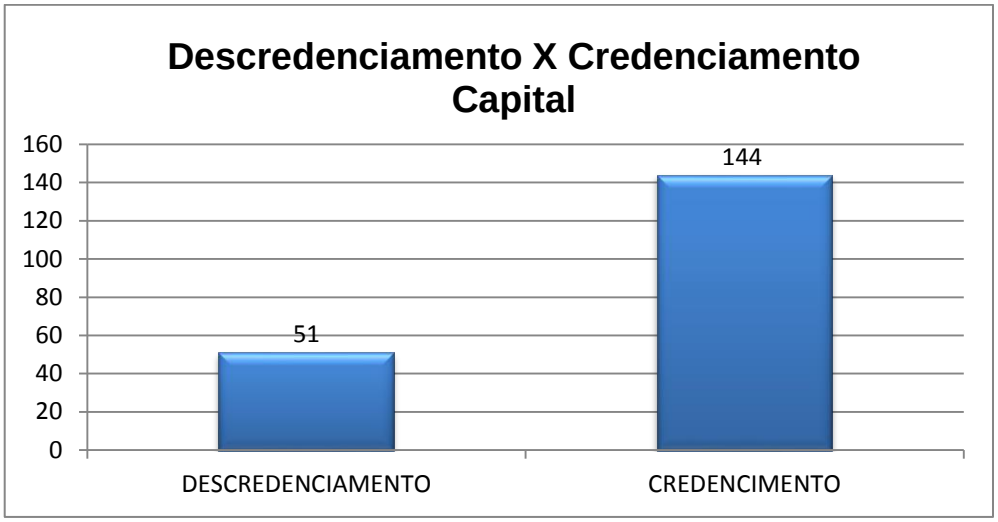
4.2.2.2 Descredenciamentos

4.2.2.2.1 Pessoa Física

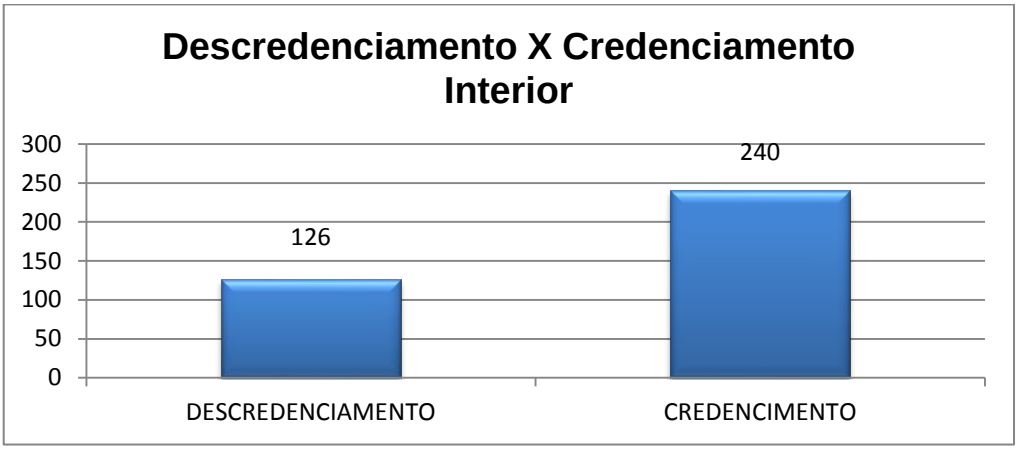
Houve um total de 177 descredenciamentos.



Conforme abaixo, o total de descredenciamentos corresponde a 1/3 dos credenciamentos, ou seja, para cada 3 credenciamentos é realizado 1 descredenciamento.

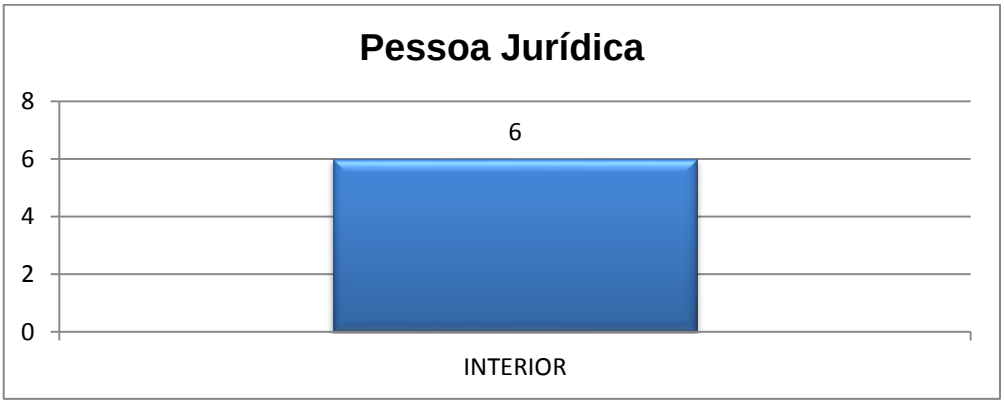


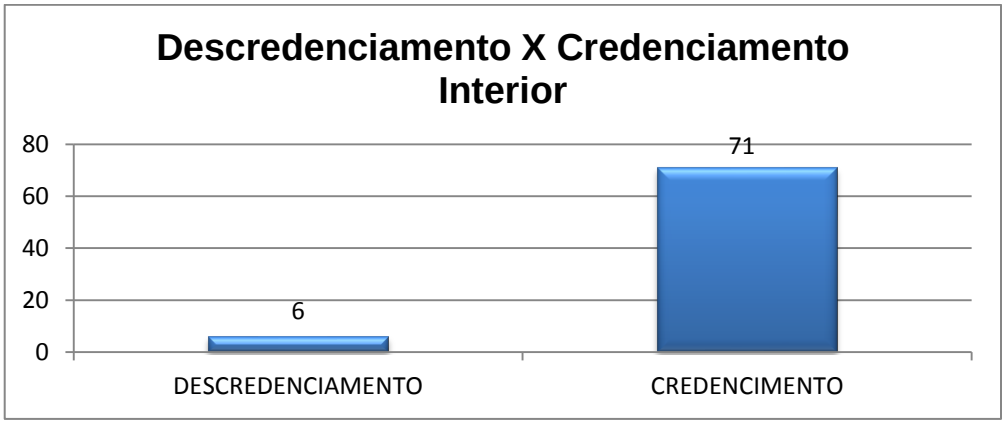
O interior também apresenta quantidade considerável de descredenciamentos, sendo que para cada 2 credenciamentos no interior é realizado 1 descredenciamento.



4.2.2.2.2 Pessoa Jurídica

Conforme apresentado abaixo, houve descredenciamentos somente no interior.

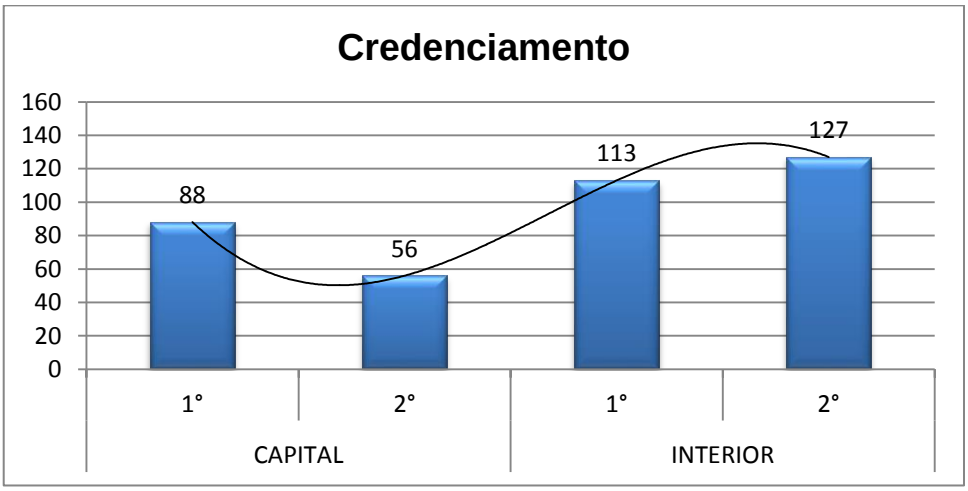




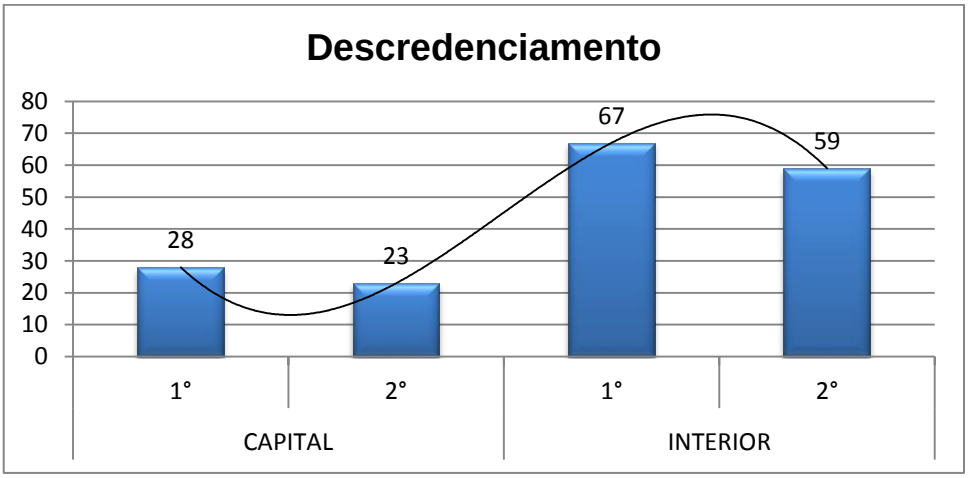
4.2.2.3 Análise Semestral

4.2.2.3.1 Pessoa Física

A comparação semestral se manteve equilibrada tanto no credenciamento quando no descredenciamento, como se observa no gráfico abaixo.



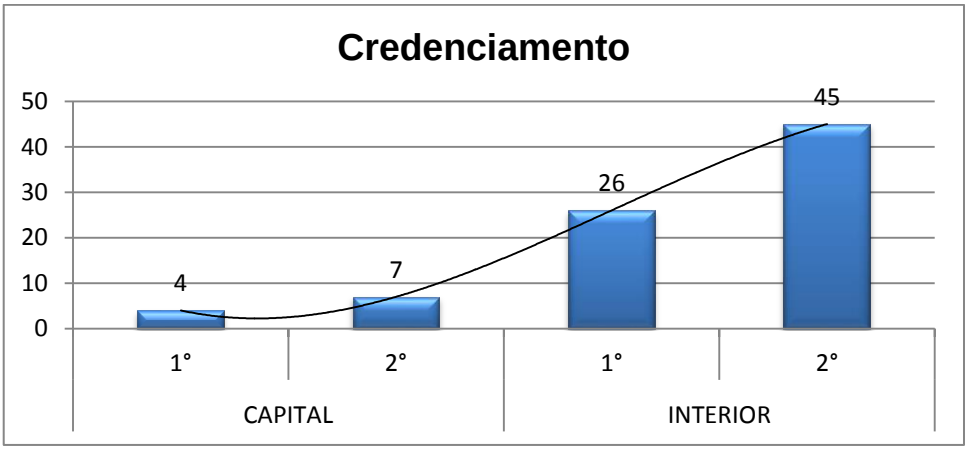
Em relação à capital, nota-se no segundo semestre uma redução no número de credenciamentos, contribuindo para isso a restrição a novos credenciamentos, válida a partir de agosto de 2015. Como essa restrição não se estendeu ao interior, observa-se um aumento natural no segundo semestre, ocasionado também pela melhor efetividade do setor, já que a nova equipe composta por 3 pessoas assumiu as atividades, aumentando consequentemente o desempenho.



Na análise de descredenciamentos não houve variação significativa entre os períodos.

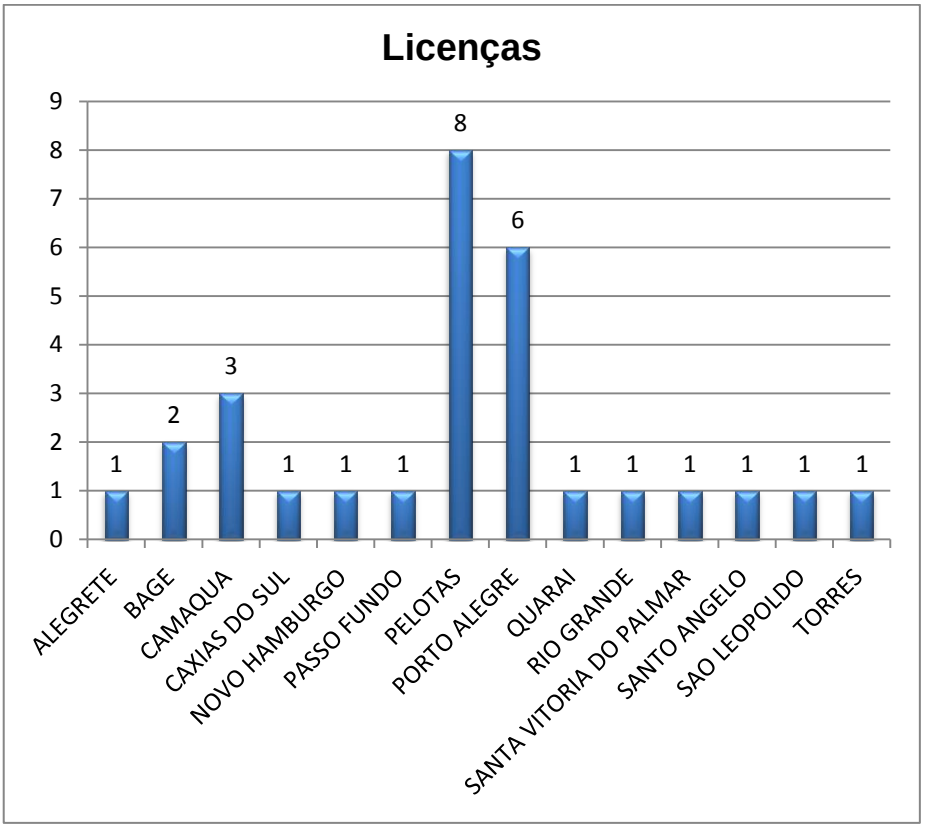
4.2.2.3.2 Pessoa Jurídica

Nas duas regiões o número de credenciamentos quase dobrou no segundo semestre.



4.2.2.4 Licenças

Licenças são afastamentos temporários que devem ser comunicados pelos próprios profissionais. Em algumas situações, os afastamentos acabam não sendo comunicados ao IPERGS (há a possibilidade de fazê-lo pelo site), incorrendo em suspensão por falta de produtividade sem justificativa. No período, foram totalizadas 29 licenças como segue em gráfico abaixo.

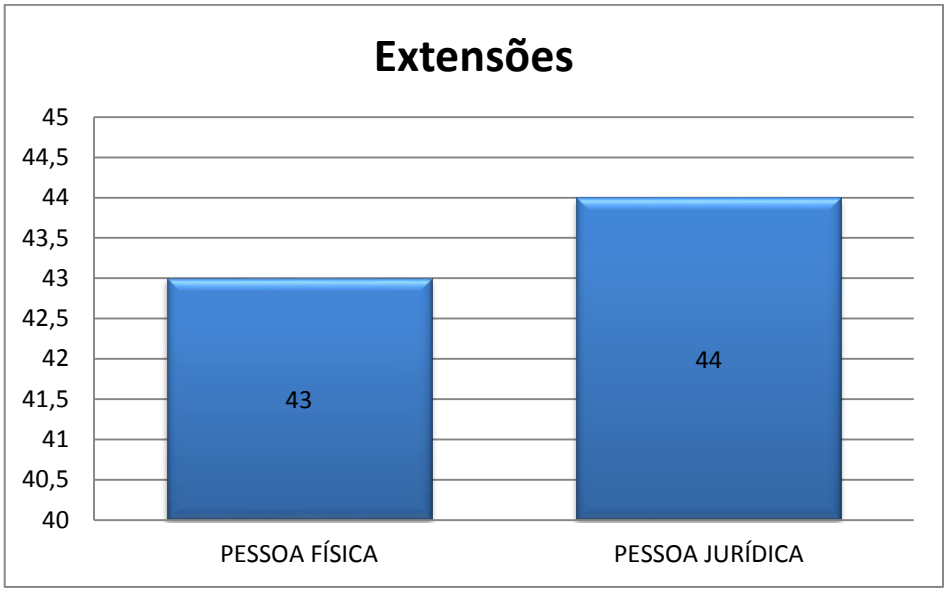


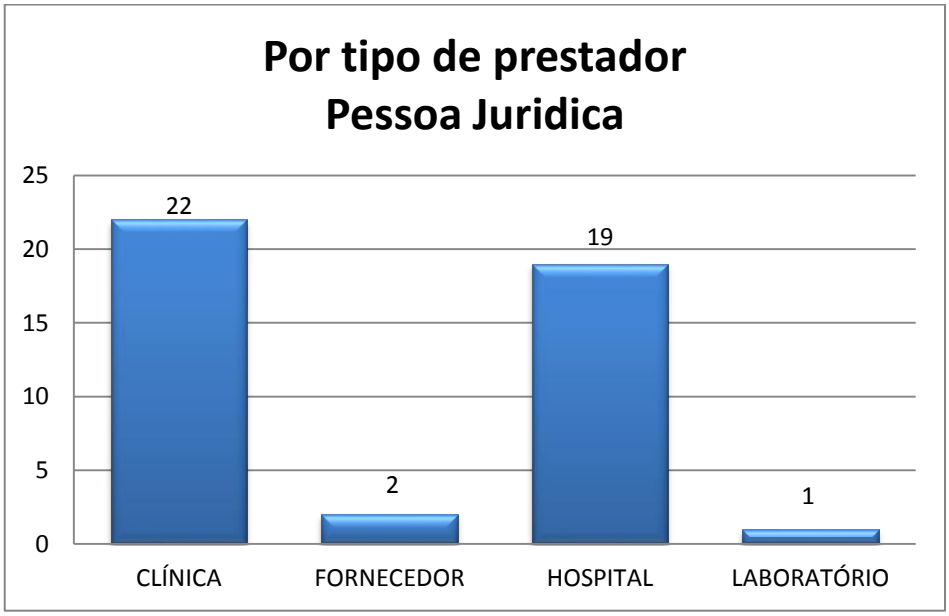
4.2.2.5 Processos de Extensões de Procedimentos/Exames

São processos que não foram contabilizados pela PROCERGS, pois são a extensão do credenciamento, ou seja, a possibilidade do prestador ampliar os serviços oferecidos após o credenciamento.

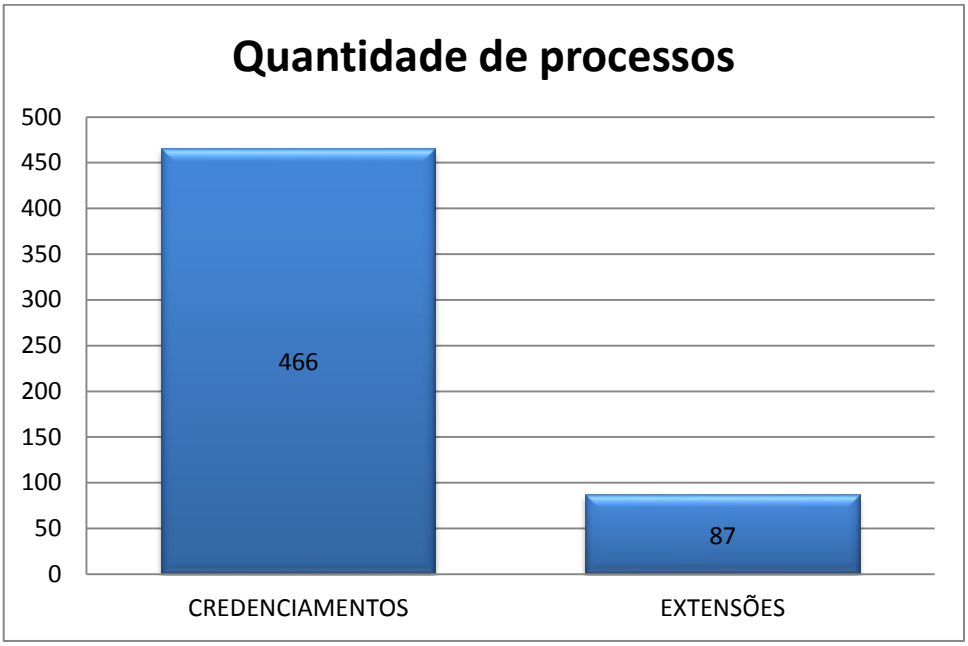
Mesmo não se tratando de um novo credenciamento, a carga de trabalho é praticamente a mesma, já que é verificada toda a situação do credenciado e realizada a análise para o deferimento do pedido.

Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul
DIRETORIA DE SAÚDE



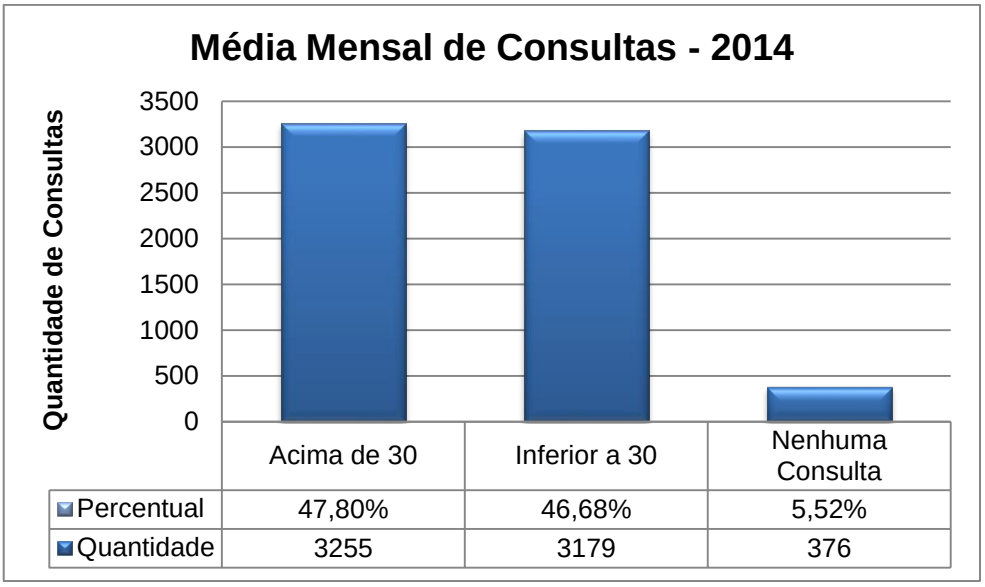


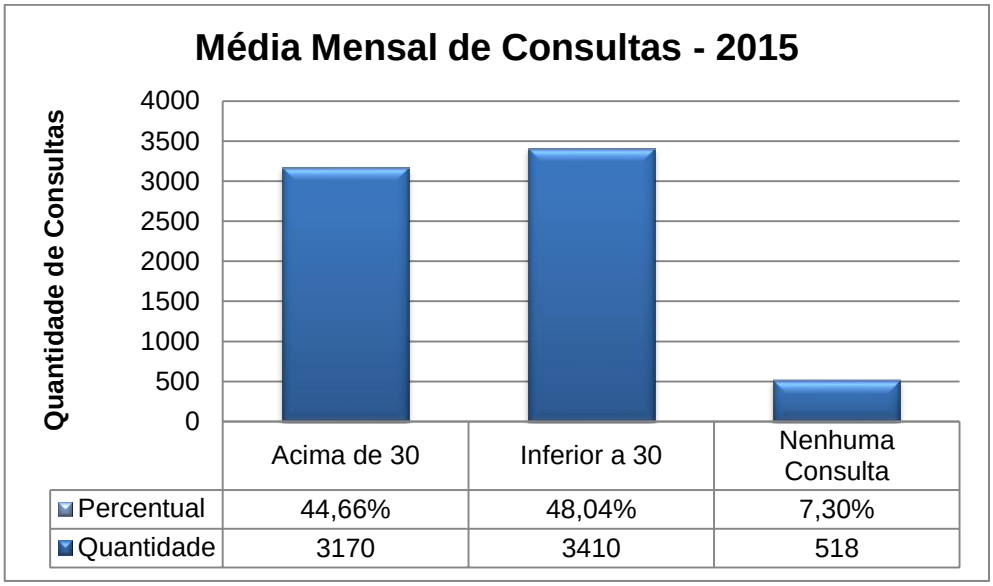
A quantidade total de entradas de processos no setor de credenciamento foi de 553, como segue em gráfico abaixo:



4.2.2.6 Consultas Médicas Realizadas

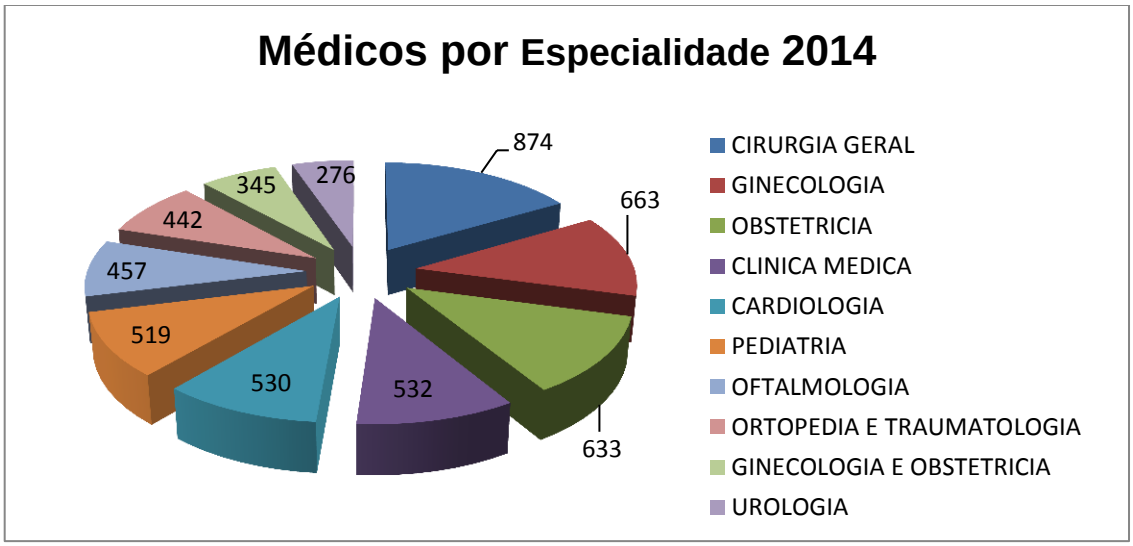
Conforme portaria 86/2011, art. 4.º, o credenciado deverá ofertar a quantidade mínima por mês de 30 consultas. Os gráficos abaixo demonstram a proporção de médicos credenciados autorizados a realizar consultas que obedeceram aos critérios previstos na portaria supracitada.





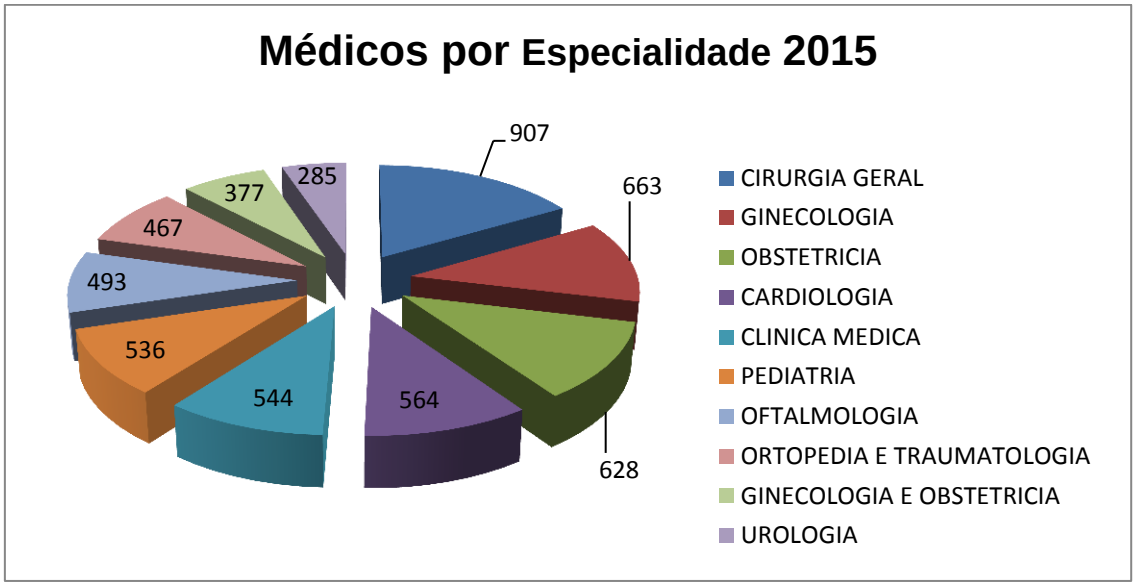
4.2.2.7 Rede de Médicos credenciados por especialidade

Abaixo seguem gráficos cumulativos das 10 especialidades com maior número de profissionais credenciados ao Instituto nos anos de 2014 e 2015.



A especialidade de cirurgia geral é a que apresenta o maior número de médicos credenciados, com um total de 874 profissionais em 2014 e 907 em 2015.

Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul
DIRETORIA DE SAÚDE



As mesmas especialidades mantiveram a constância em total de credenciados no período de 2015.

5 OUTRAS CONSIDERAÇÕES

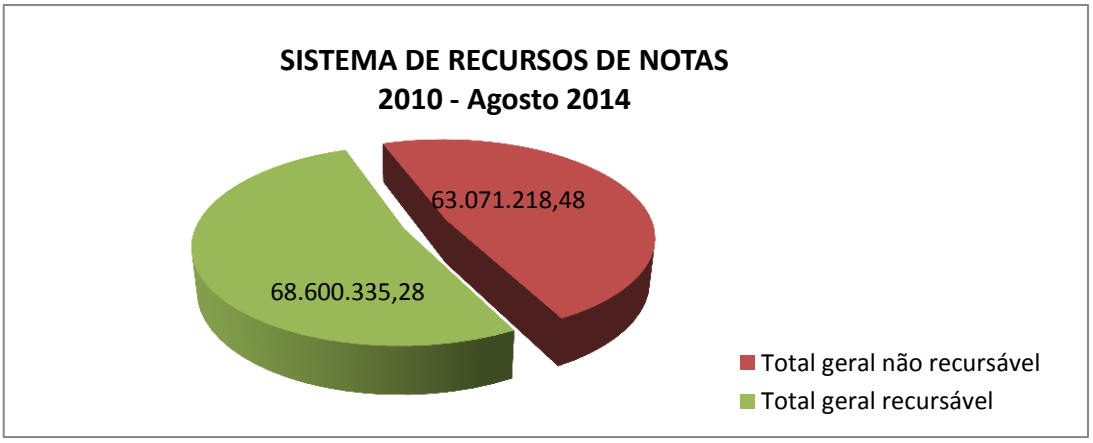
5.1 SISTEMA DE RECURSOS DE NOTAS

Em setembro de 2013 foi assinado o termo de Início da Liberação da Rotina Eletrônica de Recursos de Glosas do período de 2005 a 2009, porém foi no ano de 2014 que novos critérios sobre o recurso foram definidos, gerando um novo conjunto de regras para a conciliação de contas.

Com a implantação do projeto foi possível através do sistema de recurso de notas – SRN identificar as glosas passíveis de recurso, no período de 2010 a agosto de 2014.

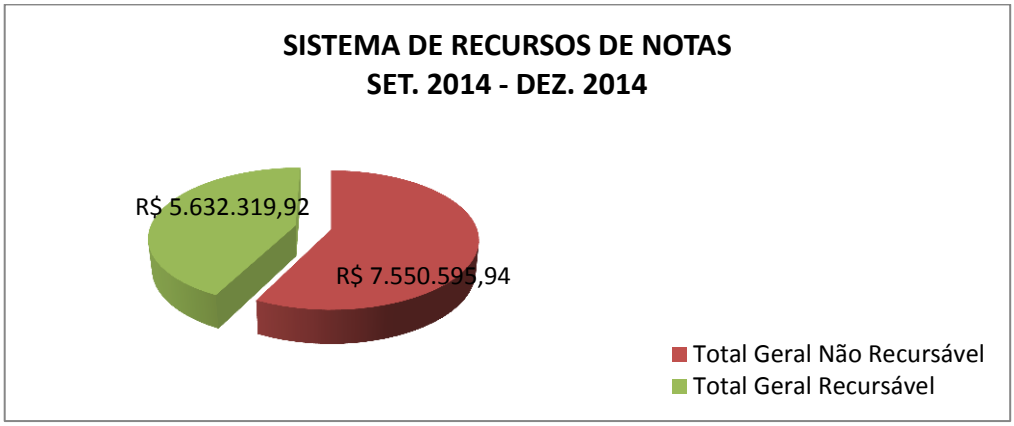
Glosa é todo valor corrigido por não coincidir com os acordos e regras firmadas entre o serviço contratado e o contratante. Estas despesas podem ser de materiais, honorários médicos, procedimentos que não constam na tabela vigente, entre outros. Os pagamentos então serão realizados após a comprovação do serviço prestado. Com o novo sistema eletrônico o pagamento destas despesas se tornou mais ágil e proporcionou mais celeridade ao processo.

O passivo de glosas reivindicado pelas entidades, do período de 2010 a 2014 foi cerca de R$ 131 milhões dos quais 68.600.335,28 são passíveis de recurso, ou seja, 52% das notas reclamadas.



Em 2015, o período de setembro de 2014 a dezembro de 2014 também foi aberto para recurso, concomitantemente, ambos os períodos estão em vigência. O passivo de glosas

reivindicado pelas entidades no período foi cerca de R$ 13 milhões, dos quais R$ 5.632.319,92 são passíveis de recurso, ou seja, 34% das notas reclamadas.



5.2 DESCONGELAMENTO DE MEDICAMENTOS

O descongelamento de medicamentos refere-se a medicamentos hospitalares restritos, congelados na edição 719 do Brasíndice, a partir de 04/11/2010, todos os valores de medicamentos restritos hospitalares ficaram vinculados a tal edição.

O IPERGS descongelou os preços desses medicamentos, desde 01 de novembro de 2014, ou seja, os débitos e/ou créditos do IPERGS decorrentes do congelamento de preços de medicamentos nos atendimentos realizados entre 04/11/2010 e 31/10/2014 foram reajustados.

O projeto compõe as seguintes premissas: todas as faturas com valores congelados foram recalculadas, e apurou a diferença final a ser creditada ou debitada aos prestadores.

O saldo total apurado em 30/10/2014 foi R$ 27.433.408,13. Até julho de 2015, todos os valores haviam sido liquidados.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com mais de um milhão de beneficiários e cobertura em todo o estado do Rio Grande do Sul, o IPE Saúde responde pela maior fatia do mercado de saúde suplementar gaúcho. Sua importância cresce ainda mais neste momento de grande desprestígio ao servidor público estadual vinculado ao Poder Executivo, que atravessou o ano de 2015 com a incerteza cotidiana acerca da percepção do mais básico elemento de sua subsistência, acompanhando mês a mês as notícias sobre o parcelamento dos seus vencimentos e sem receber até hoje os valores devidos como 13º salário. A contribuição patronal ao IPE Saúde, ao permitir a assistência à saúde de forma suplementar ao SUS, constitui verdadeiro benefício capaz de tornar um pouco mais atrativa a carreira pública em nosso estado.

Ao completar meio século de existência, o grande desafio para o IPE Saúde consiste em reconstruir o principio da solidariedade presente na sua concepção atuarial, onde as maiores remunerações subsidiariam a assistência aos servidores de menor salário. Para tanto, será necessário aumentar a qualidade e a quantidade de serviços de saúde ofertados, garantindo a permanência dos servidores de maior remuneração no IPE Saúde, sem aumentar a contribuição dos servidores de baixos salários. Além de mudanças na legislação atual, este objetivo depende da superação da crônica escassez de recursos humanos e das atuais limitações orçamentárias, bem como da construção de um novo modelo de financiamento para a prestação dos serviços de saúde oferecidos, principal meta a ser desenvolvida ao longo do ano de 2016.

Porto Alegre, 28 de abril de 2016.

_____

Alexandre Guimarães Escobar
Diretor de Saúde